



**Universidade
Estadual de Londrina**

DENISE SANTOS DE LUCA

**OS RESTAURANTES RURAIS E O *NOVO RURAL*:
ESTUDO DE CASO NO DISTRITO DO ESPÍRITO SANTO,
LONDRINA - PR**

LONDRINA
2012

DENISE SANTOS DE LUCA

**OS RESTAURANTES RURAIS E O *NOVO RURAL*:
ESTUDO DE CASO NO DISTRITO DO ESPÍRITO SANTO,
LONDRINA - PR**

Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia apresentado ao Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente

LONDRINA
2012

DENISE SANTOS DE LUCA

**OS RESTAURANTES RURAIS E O *NOVO RURAL*:
ESTUDO DE CASO NO DISTRITO DO ESPÍRITO SANTO,
LONDRINA - PR**

Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia apresentado ao Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Drª Maria del Carmen Matilde Huertas
Calvente
Universidade Estadual de Londrina

Profª Ms Rosely Maria de Lima
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Ms Wladimir Cesar Fuscaldo
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, _____ de _____ de _____.

**Aos meus pais Luiz Antonio e Maria Helena
por tudo que representam em minha vida**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, pelo amor expresso e força para avançar em minha caminhada.

À Universidade Estadual de Londrina e à minha orientadora Prof^a Dr^a Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente pela iniciação nas atividades científicas.

Ao projeto TERNOPAR por todo conhecimento adquirido e aos amigos de projeto pelo compartilhar de bons momentos.

Aos amigos Everton Mori, Juliana Grigoli e à meu pai Luiz Antonio pela companhia nos trabalhos de campo, apoio nos momentos de dificuldade e sugestões na pesquisa.

Aos restaurantes rurais do distrito do Espírito Santo pela receptividade e entrevistas concedidas.

À todos os amigos e pessoas que de alguma forma contribuíram para conclusão de mais essa etapa.

LUCA, Denise Santos de. **Os Restaurantes Rurais e o Novo Rural**: estudo de caso no distrito do Espírito Santo, Londrina - PR. 2012. 84p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo compreender a dinâmica do meio rural do município de Londrina por meio do estudo dos restaurantes rurais do distrito do Espírito Santo. Para isso, buscou-se embasamento na relação entre o chamado “novo” rural, configurado a partir das transformações decorrentes da modernização agrícola, com a prática do turismo e/ou excursionismo rural, considerada atividade não agrícola que delega ao meio rural nova funcionalidade. Dessa forma, primeiramente, foram feitas explanações sobre o “novo” rural brasileiro, com suas características e pontos controversos. Em segundo momento, identificou-se o “novo” rural de Londrina e as atividades que apontam para esse fato. Por último, apresentou-se algumas considerações sobre o turismo e o excursionismo rural, as informações do distrito em questão e a identificação dos restaurantes existentes, obtida por meio de pesquisas na *internet* e trabalho de campo. Com a descrição de suas características foi possível estabelecer uma análise comparativa ressaltando semelhanças e diferenças que conduziram à reflexão do objetivo proposto.

Palavras-chave: Novo rural. Excursionismo rural. Restaurantes rurais.

LUCA, Denise Santos de. **Os Restaurantes Rurais e o Novo Rural**: estudo de caso no distrito do Espírito Santo, Londrina - PR. 2012. 84p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ABSTRACT

This research aims to understand the dynamics of the rural municipality of Londrina through the study of restaurants rural district of the Espírito Santo. For this, we sought to basement in the relationship between the so-called "new" rural configured from the changes resulting from the modernization of agriculture, with tourism practice and/or rural hiking, considered non-agricultural activity that delegates to the rural new functionality. Thus, first, explanations were made about the "new" Brazilian countryside, with its features and controversial issues. In second place, identified the "new" rural Londrina and activities that point to this fact. Lastly, presented some considerations about rural tourism and hiking, the information the district concerned and the identification of existing restaurants, obtained through internet research and field work. With the description of its characteristics was possible to establish a comparative analysis highlighting similarities and differences that led to the reflection of the objective.

Key words: New rural. Rural backpacking. Rural restaurants.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do município de Londrina no estado do Paraná	28
Figura 2 – Localização do distrito do Espírito Santo.....	49
Figura 3 – Capela do Divino Espírito Santo.....	49
Figura 4 – Placa na entrada do distrito Espírito Santo	50
Figura 5 – Entrada do Restaurante Vó Tatau	54
Figura 6 – Parquinho para as crianças Vó Tatau	56
Figura 7 – Bosque	56
Figura 8 – Fogão mineiro Vó Tatau	57
Figura 9 – Entrada do Rancho San Fernando	58
Figura 10 – Parquinho para as crianças Rancho San Fernando.....	59
Figura 11 – Comida mineira no Rancho San Fernando	60
Figura 12 – Entrada do Restaurante da Roça	61
Figura 13 – Cardápio do sábado	62
Figura 14 – Cancha de bocha	62
Figura 15 – Placas que indicam a localização da Estância Patrial	63
Figura 16 – Comida mineira da Estância Patrial.....	64
Figura 17 – Local para descanso	65
Figura 18 – Entrada do Restaurante e Choperia Raízes	66
Figura 19 – Divulgação da feijoada aos sábados	67
Figura 20 – Almoço colonial	68
Figura 21 – Área de recreação para as crianças.....	68
Figura 22 – Parte da decoração do Restaurante Vó Tatau	71
Figura 23 – Móveis decorativos da Estância Patrial	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente em Londrina nos anos de 1960 a 2010	31
Tabela 2 – Crescimento percentual da população de Londrina nos anos de 1960 a 2010	31
Tabela 3 – Área dos estabelecimentos agropecuários do município de Londrina ...	34
Tabela 4 – Pessoal ocupado em Londrina com 14 anos ou mais em relação à atividade desenvolvida	36
Tabela 5 – Novas atividades agropecuárias em Londrina	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais dinâmicas econômicas	22
Quadro 2 – Número de estabelecimentos agropecuários por grupo de área em Londrina	33
Quadro 3 – Número de estabelecimentos por tipo de receita e tipo de atividade em Londrina	37
Quadro 4 – Roteiro com perguntas que orientaram as entrevistas nos restaurantes	53
Quadro 5 – Principais informações dos restaurantes do distrito.....	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEASA - Centrais de Abastecimento do Paraná S.A

CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMT – Organização Mundial de Turismo

ORNAs – Ocupações Rurais Não Agrícolas

PDPML – Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O NOVO RURAL BRASILEIRO	14
1.1 O URBANO E O RURAL	17
1.2 NOVO RURAL: CARACTERÍSTICAS E CONTROVÉRSIAS	20
2 LONDRINA E O NOVO RURAL	28
2.1 FORMAÇÃO DE LONDRINA: BREVES CONSIDERAÇÕES	29
2.2 ATUAL REALIDADE DO RURAL DE LONDRINA	31
2.3 O NOVO RURAL DE LONDRINA.....	35
3 A DINÂMICA DO ESPAÇO RURAL DE LONDRINA A PARTIR DOS RESTAURANTES RURAIS DO DISTRITO DO ESPÍRITO SANTO	40
3.1 TURISMO E EXCURSIONISMO RURAL.....	40
3.2 EXCURSIONISMO RURAL E RESTAURANTES RURAIS	45
3.3 O DISTRITO DO ESPÍRITO SANTO.....	48
3.4 OS RESTAURANTES DO DISTRITO	52
3.4.1 Restaurante Rural Vó Tatau	54
3.4.2 Rancho San Fernando Restaurante e Eventos	58
3.4.3 Restaurante da Roça.....	60
3.4.4 Estância Patrial Restaurante Rural.....	63
3.4.5 Restaurante e Chopperia Raízes	66
3.4.6 Análise Geral dos Restaurantes.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
BIBLIOGRAFIA	78

INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto de pesquisas de iniciação científica acerca da temática da atividade turística e do “novo” rural. O turismo como prática social está ligado ao espaço e por sua crescente expansão se divide em diversas modalidades que se revelam como tendências aos turistas. Uma dessas modalidades é o turismo e/ou excursionismo rural, de pequena escala que se relaciona às características e o modo de vida rural.

Pensando nas transformações ocorridas no meio rural, principalmente depois da modernização agrícola que configurou uma nova ruralidade chamada de “novo” rural, questionada por alguns autores sobre seu conteúdo inovador, mas que impõe ao campo formas alternativas de produção e renda não mais baseadas nas atividades agropecuárias tradicionais, é que sentiu-se a necessidade de estudar a ocorrência de restaurantes rurais nos diversos distritos do município de Londrina como exemplo de atividades não agrícolas inseridas no meio rural.

A ideia, a princípio, era identificar todos os restaurantes rurais existentes no município, contudo pela quantidade de restaurantes e pelo pouco tempo de execução da pesquisa não foi possível, limitando-se então a um estudo de caso no distrito do Espírito Santo, localizado na zona sul de Londrina. A escolha do distrito se deu por conter restaurantes conhecidos e que são foco de reportagens na *internet* e jornais impressos.

O trabalho se propôs a compreender a dinâmica rural do município de Londrina a partir dos restaurantes e, ainda caracterizar o “novo” rural do município e verificar como o excursionismo nos restaurantes se estabelece como atividade não agrícola, movimentando os visitantes e beneficiando o distrito de forma econômica e social.

Nesse sentido, primeiramente foram apresentadas algumas considerações sobre o “novo” rural brasileiro, destacando as questões de classificação sobre o que vem a ser delimitado como urbano e como rural, e levantadas suas características e pontos controversos.

Em segundo momento, buscou-se identificar as características do “novo” rural de Londrina, apresentando, brevemente, o processo de formação e

ocupação do município, bem como a delimitação e características do meio rural atualmente. As informações usadas foram, principalmente, do Censo Agropecuário 2006 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com análises sobre a área dos estabelecimentos agropecuários e o pessoal ocupado no município.

Por fim, foi feita uma explanação sobre o turismo e o excursionismo rural, sua relação com os restaurantes rurais e destacadas algumas informações sobre o distrito do Espírito Santo. Os restaurantes identificados por meio de pesquisa na *internet* e trabalhos de campo foram apresentados com descrição, conforme entrevista com os proprietários. Essas entrevistas foram direcionadas por um roteiro com perguntas que tinham por objetivo conhecer cada restaurante, a história de como surgiu e verificar, dentre outras coisas, sua ligação com o distrito e com os visitantes. Com a análise final, foi possível verificar as semelhanças e diferenças de cada um e conduzir à reflexão proposta, expressa nas considerações finais.

1 O NOVO RURAL BRASILEIRO

Grandes transformações ocorreram no Brasil nas últimas décadas do século XX, decorrentes de mudanças políticas, econômicas e sociais. Houve inovações nos setores das telecomunicações e transportes, que juntamente ao processo de globalização, culminou no encurtamento das distâncias e no chamado meio técnico-científico informacional, assim como novas formas de organização e produção industrial.

A união entre ciência e técnica, a partir da ótica da globalização, permitiu uma nova configuração também ao território tornando-o muito mais fluído, assim “[...] ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 52-3). As novas tecnologias refletiram não só nas atividades industriais como também nas agropecuárias, mudando a organização do processo de trabalho e do processo produtivo.

Tratando-se especificamente da agricultura, de acordo com Del Grossi e Silva (2002a), o período de modernização começou nos anos de 1950 com a criação da indústria produtora de insumos para a agricultura (adubos químicos, agrotóxicos, máquinas e etc). Em 1960 iniciaram-se as operações mecanizadas e a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural que oferecia créditos subsidiados pelo governo do Estado para o uso dessas tecnologias. É nesse período também que ocorre a saída de grande número de pessoas do campo para as cidades, pois com o avanço da mecanização nas lavouras as tarefas que exigiam bastante mão de obra passaram a ser realizadas por poucas pessoas deixando grande contingente de desempregados no campo.

Nas décadas de 1970 e 1980 houve grandes investimentos em instalações e equipamentos agroindustriais alterando a base técnica de produção: desenvolvimento da indústria fornecedora de meios de produção e ampliação da indústria processadora de alimentos e matéria-prima (MARTINE, 1991). Já em 1990 a modernização seguiu incorporando outras tecnologias: “a prática de inseminação artificial ou mesmo a manipulação de embriões, máquinas equipadas com GPS e monitoradas via satélite, produtos transgênicos etc” (DEL GROSSI; SILVA, 2002a, p.

8). Essas tecnologias começaram a fazer parte tanto do processo produtivo como do cotidiano das unidades produtivas.

Pode-se acrescentar à modernização agrícola a terceirização dos serviços agropecuários. De modo geral, a terceirização pode ser entendida como a “prática de uso temporário de instrumentos de trabalho de propriedade de terceiros” (LAURENTI, 1996, p. 15). O autor em análise do Censo Agropecuário de 1985 constatou que nesse período mais de 900 mil estabelecimentos rurais tinham acesso a instrumentos de trabalho de terceiros. A terceirização também é marcada por empresas prestadoras de serviços técnico-produtivos especializados, fazendo com que o produtor tenha maior flexibilidade na contratação desses serviços e no aluguel de máquinas e equipamentos.

A modernização trouxe diversas transformações no meio rural, mas é preciso considerar, contudo, que além de inovações trouxe também outras formas de exploração agropecuária, concorrência sobre a produção, consequências sociais e econômicas para a população e, problemas ambientais decorrentes da intensa mecanização e do uso agrotóxicos.

Conforme expôs Almeida (1997), a modernização da agricultura possui um teor ideológico composto por quatro noções: a primeira é a noção de crescimento, influenciada pelo desenvolvimento econômico se contrapondo ao atraso; a segunda é a noção de abertura técnica, econômica e social com sujeição a leis diferenciadas de crescimento; depois a noção de especialização da produção; e por último, o surgimento de um novo agricultor, mais individualista e competitivo.

Dessa forma, a modernização causou transformações estruturais na produção e comercialização, afetando as bases sociais, pois existia uma preocupação com o crescimento voltado principalmente à lucratividade. Para Balsan (2006, p. 126):

A agricultura precisou reestruturar-se para elevar sua produtividade, não importando os recursos naturais. O que se tinha como meta era produzir de forma que o retorno fosse o maior e o mais rápido possível. O “modelo” agrícola adotado na década de 1960-70 era voltado ao consumo de capital e tecnologia externa: grupos especializados passavam a fornecer insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes. A opção de aquisição era facilitada pelo acesso ao crédito rural, determinando o endividamento e a dependência dos agricultores.

A modernização agrícola, que para alguns, caracterizou um “novo” espaço rural brasileiro, ocorreu de forma parcial, representou avanço nas bases técnicas de produção de mercado e oportunidades de negócios no meio rural para uns, mas para outros, representou a dependência financeira da agricultura a outros setores econômicos.

De acordo com Weissbach (2007), a modernização da agricultura implicou na seletividade dos produtores, ou seja, de um lado estavam os produtores que acompanharam o processo de modernização ligado aos complexos agroindustriais e de outro estava a agricultura familiar, não acompanhando inteiramente a modernização e o desenvolvimento técnico da produção.

Autores como Martine (1991), Campos e Tsukamoto (2003), afirmam que o processo de modernização agrícola brasileiro ocorreu de forma conservadora, com grandes investimentos unidos ao aparato produtivo de latifúndios deixando o agricultor familiar à parte desse processo que alterou a estrutura fundiária do país e fez com que a distribuição de terras ficasse ainda mais concentradora e desigual.

Arelado ao contexto da modernização agrícola e suas transformações positivas e negativas no meio rural, surgem debates e discussões sobre as possibilidades de desenvolvimento rural e formas alternativas de renda para as propriedades. Uma das possibilidades de desenvolvimento é encontrada no chamado “novo” rural brasileiro, apresentando conteúdo aparentemente inovador, delega ao meio rural outras funções que não procedem apenas da agropecuária.

O chamado “novo” rural, conforme Silva (2002) foi formado basicamente por três fatores: urbanização do campo; crise no setor agrícola e falta de emprego no campo, que exigiu alternativas de emprego e renda. Assim, novas atividades foram introduzidas no meio rural e não somente a produção agrícola e pecuária.

Para o autor o “novo” rural deriva das transformações advindas da modernização agrícola e não carrega a concepção tradicional do rural como lugar apenas da produção agropecuária, havendo uma urbanização no campo. Nas palavras de Alentejano (2000, p. 100-101) há, dessa forma, no novo rural:

[...] um duplo processo de urbanização do campo brasileiro: uma expansão da lógica de produção tipicamente urbana para os setores modernizados da agricultura e a expansão de atividades tipicamente

urbanas para as áreas onde a agricultura modernizada não se implantou.

Silva (2002) é um dos principais idealizadores da concepção do “novo” rural e como visto associa esse fenômeno a uma urbanização do campo, ocorrendo algumas divergências sobre seu conteúdo. Antes de prosseguir, é necessário que sejam suscitadas algumas questões como o que define urbano e rural e campo e cidade.

1.1 O URBANO E O RURAL

Para definir o que é urbano e o que é rural geralmente usa-se a classificação adotada pelo IBGE. Conforme Marques (2002), o critério utilizado é o político-administrativo que considera como área urbana toda sede de município e distrito englobando as cidades e vilas. Dessa forma, são consideradas como urbanizadas as áreas de cidade e vila definidas legalmente como urbanas e que possuem construções, distribuição de ruas e intensa ocupação humana, para que haja desenvolvimento urbano e possibilidades de expansão urbana. Em contrapartida, os aglomerados rurais são os agrupamentos de população com edificações que distam até 50 metros cada um, caracterizados pela permanência em áreas legalmente definidas como rurais (IBGE, 2010).

Veiga (2004) identifica um impasse nessa classificação, pois o Brasil define como urbana toda sede de município e distrito, independente de suas particularidades estruturais e funcionais, ou seja, não considera características geográficas como a densidade demográfica um dos principais indicadores que mede a concentração populacional em relação ao território, expressa em habitante por quilômetro quadrado.

O autor, em análise aos dados do censo de 2000, considera absurdo o grau de urbanização adotado pelo país:

Nada grave se fosse extravagante exceção. No entanto, é absurdo supor que se trate de algumas poucas aberrações, incapazes de atrapalhar a análise da configuração territorial brasileira. De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com

menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas [...]. (VEIGA, 2004, p. 7)

Em 2000 o autor mostra que cerca de 70% dos municípios brasileiros possuía densidade demográfica menor que 40 hab./km², e o parâmetro adotado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), classificação territorial utilizada por muitos países, considera urbana a localidade que possui densidade de 150 hab./km², sendo possível constatar por esse critério que dos 5.507 municípios brasileiros apenas 411 podiam ser considerados urbanos. O Brasil, para ele, é menos urbano. O autor diz ainda, que é preciso cautela na utilização do critério do grau de urbanização e é preciso considerar outros indicadores como o tamanho populacional do município, a densidade e a localização.

Para Marques (2002, p. 97, destaque do autor), na classificação adotada pelo IBGE, “[...] o *espaço rural* corresponde a aquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características [...]”, não faz referência às importantes funções que possam diferenciar um local urbano de um rural. Assim, muitas vezes, o senso comum concebe o meio rural apenas como o lugar da produção de alimentos, da atividade agrícola e da família camponesa. Encontrando-se, em contrapartida, o meio urbano com funções, atividades, grupos sociais e paisagens distintas do rural, configurando uma relação de superposição, principalmente depois do processo de Revolução Industrial em que a sociedade urbano-industrial tornou-se sinônimo de progresso.

Silva (1997) afirma que o rural pode ser entendido como um *continuum* do urbano, pois de um lado ocorreu o processo de industrialização da agricultura e de outro, um crescente avanço da urbanização no campo. Seguindo esse enfoque, Marques (2002) apresenta duas abordagens que envolvem as questões de cidade e campo: a dicotômica e a de *continuum*. Na abordagem dicotômica campo e cidade são vistos por meio de relações de oposição, a diferença entre esses espaços torna-se evidente, remetendo o campo ao atraso e a cidade ao moderno. Na segunda abordagem a ênfase está no avanço do processo de

urbanização no campo, fazendo com que esse local se aproxime da realidade das cidades.

Marques (2002) mostra ainda que a partir dos anos de 1950, estudos trouxeram a ideia de *continuum* rural-urbano, revelando a integração entre campo e cidade, contudo ressaltou que há diferença de intensidade nesses espaços: “[...] não haveria uma distinção nítida, mas uma diversidade de níveis que vão desde a metrópole até o campo no outro extremo” (MARQUES, 2002, p. 100). Assim a ideia de *continuum* rural-urbano está embasada em um dualismo onde o rural e o urbano são considerados como extremos em uma escala gradativa. Para a autora, na geografia e na sociologia, a abordagem mais usada é a dicotômica onde é possível uma oscilação entre os pólos, valorizando o tradicional remetente ao passado ou valorizando o moderno que remete ao progresso.

Diferentemente das ideias acima, Carneiro (1997) expõe outro enfoque, para ela mesmo que seja difícil estabelecer fronteiras entre campo e cidade, esse processo não resulta em uma homogeneização capaz de reduzir as diferenças entre esses espaços por um *continuum* dominado pela realidade urbana. Assim, não se pode entender a atual ruralidade a partir da introdução do mundo urbano-industrial no chamado rural e nem pela incorporação de bens simbólicos e materiais do meio rural pelo mundo urbano-industrial:

[...] importa mais do que tentarmos redefinir as fronteiras entre o “rural” e o “urbano”, ou simplesmente ignorar as diferenças culturais contidas nessas representações sociais, buscar, a partir do ponto de vista dos agentes sociais, os significados das práticas sociais que operacionalizam essa interação e que proliferam tanto no campo como nos grandes centros urbanos. (CARNEIRO, 1997, p. 59)

Concorda-se com a autora que o rural não pode ser visto apenas como um *continuum* do urbano e que é preciso buscar pelas práticas sociais que operam nesses meios, porém a autora traz um enfoque sociológico do assunto. Na Geografia, sempre houve uma dualidade entre meio rural e meio urbano tratados por vertentes diferentes dentro da ciência geográfica: como a Geografia Agrária, a Geografia Agrícola ou a Geografia Rural. A partir da metade do século XX, essa dualidade perdeu força na medida em que se percebeu que o meio urbano e o meio rural se inter-relacionavam:

Com a maior facilidade para os transportes e a maior velocidade nas comunicações, o campo e a cidade estão cada vez mais interpenetrados. [...] O homem no campo pode ter acesso às informações ao mesmo tempo que o homem da cidade. (CALVENTE, 2004, p. 21)

Longe de findar as questões que envolvem o urbano e o rural, entende-se que não ocorre uma urbanização do campo e sim uma inter-relação entre esses meios:

A cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um “outro modo”, redefinindo o conteúdo da contradição cidade/campo, bem como aquilo que lhes une [...]. Nesta direção, o mundo rural não estaria desaparecendo, englobado pelo desenvolvimento das cidades, nem o campo ampliando seu domínio [...]. (CARLOS, 2004, p. 9)

O significado do rural mudou e o inter-relacionamento rural/urbano não significa homogeneização, pois são evidentes as diferenças existentes em cada um, delegando características próprias tanto ao meio rural, quanto ao meio urbano.

1.2 NOVO RURAL: CARACTERÍSTICAS E CONTROVÉRSIAS

Apresentadas as questões que envolvem o urbano e o rural e seus derivados, voltamos a tratar das características do que vem a ser o “novo” rural. Para Silva, Del Grossi e Campanhola (2002), o “novo” rural é composto basicamente por três grupos de atividades: uma agropecuária moderna ligada às agroindústrias; atividades não agrícolas como moradias, lazer, prestação de serviços e “novas” atividades agropecuárias voltadas a nichos específicos de mercado.

Os autores explicam que o termo entre aspas remete a atividades já existentes, porém sem importância econômica até então, como atividades que antes não eram comerciais e que agora possuem valor de troca, reproduzindo a lógica do capital ou, novas atividades que quando se tornam atividades comerciais se inserem em uma cadeia produtiva especializada para atender nichos específicos de mercado, sendo um exemplo os restaurantes rurais em que há uma combinação de

serviços artesanais especializados, agregados a produtos animais e vegetais não tradicionalmente direcionados à alimentação.

Para Silva e Del Grossi (2002), outra característica do “novo” rural, é que com a modernização agrícola e especialmente a terceirização dos serviços agropecuários, ocorreu uma nova divisão do trabalho no interior das unidades produtivas, fazendo com que membros das famílias pudessem se ocupar com atividades fora da propriedade ou que tivessem seu tempo de trabalho reduzido, podendo combinar dentro propriedade, a produção agrícola com outras atividades agrícolas ou não.

Ainda conforme esses autores, a combinação de atividades agrícolas e atividades não agrícolas dentro ou fora da propriedade, faz com que ocorra a pluriatividade e o *part-time farmer* (agricultura em tempo parcial). O termo que se refere à agricultura em tempo parcial está relacionado com os estabelecimentos agropecuários em que existe uma modificação no processo de trabalho, não possui uma especialização e sim a combinação de várias atividades, sendo que a agricultura não precisa ser exercida em tempo integral. Já o termo pluriatividade relaciona-se com as famílias que fazem parte desses estabelecimentos por meio de seu vínculo social, que podem ser pluriativas pela contratação no mercado de trabalho ou combinando atividades consideradas urbanas com as atividades agropecuárias.

Para incrementar a pluriatividade, conforme Silva e Del Grossi (2002) é preciso entender as dinâmicas econômicas ocorrentes no meio rural, derivadas das atividades agrícolas e não agrícolas, conforme o quadro 1.

Quadro 1: Principais dinâmicas econômicas

Dinâmicas derivadas das Atividades Agrícolas
<ul style="list-style-type: none"> • Atividades econômicas derivadas da produção agropecuária: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção agropecuária; ▪ Atividades agroindustriais; ▪ Serviços auxiliares da atividade econômica. • Novas atividades agrícolas (Ex: Piscicultura; Agroindústrias Rurais; Criação de outros animais para corte; Produção orgânica; Floricultura; Fruticultura, etc).
Dinâmicas Derivadas das Atividades Não Agrícolas
<p>Consumo de bens e serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Atividades derivadas do consumo final da população rural <ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção de bens e serviços agropecuários. ▪ Atividades derivadas do consumo final não agrícola da população urbana <ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção de bens de serviços não agrícolas que podem ser realizados internamente nas propriedades como o turismo rural, artesanatos, entre outros, incluindo-se os setores de atividades do emprego doméstico e restaurantes. <p>a) Demandas imobiliárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Demanda por moradia e lazer da população urbana não agrícola de alta renda; ▪ Demanda por moradia da população de baixa renda; ▪ Demanda por terras não agrícolas pelas indústrias e empresas prestadoras de serviços; <p>b) Demandas sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Demanda da população rural por serviços públicos: administração, saúde, educação, segurança, transporte, comunicação; ▪ Subsídios, aposentadorias, pensões e outras transferências sociais.

Fonte: Del Grossi; Silva (2002a).

Org.: Luca, 2012.

As famílias pluriativas podem aproveitar seu tempo na realização de outras atividades, e não somente nas atividades agrícolas principais, agregando renda e diversificação em suas unidades produtivas. Segundo Anjos (2003, p. 14):

[...] tanto a “agricultura em tempo parcial” quanto a “pluriatividade” são fenômenos associados fundamentalmente com a agricultura familiar, os quais formam parte do elenco de estratégias de resistência adotadas pelos grupos domésticos para garantir a reprodução social de seus membros. Tais estratégias usualmente desenvolvem-se mediante a combinação de rendas agrícolas e extra-

agrícolas, através de atividades realizadas dentro e fora das próprias explorações.

Schneider (2003) indica que até metade da década de 1980 o termo *part-time farmer* e pluriatividade eram tratados como sinônimos, contudo em análises a trabalhos que se utilizaram dessas expressões foi possível identificar que reúnem interpretações diferentes para um fenômeno que se difundiu desde os anos de 1970 em que já existia uma diversificação de renda por indivíduos de uma mesma família.

Dessa forma, Anjos (2003) explica que o conceito de agricultura em tempo parcial estava ligado ao setor industrial e no final dos anos de 1980 era considerado fator desfavorável ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura, sendo que alguns autores abordando outras funcionalidades no setor agrícola colocaram em questão se era ou não necessário a dedicação parcial ou integral dos membros das famílias.

Ainda conforme o autor, na década de 1990 o termo pluriatividade foi incorporado aos estudos sociológicos compreendendo mudanças nos debates agrários, sobretudo em relação à agricultura familiar. Assim o termo pluriatividade passou a ser mais cabível, tanto nos debates intelectuais, como em seu significado prático, pois abarcava questões territoriais, dinamismo rural e preocupação com a conservação dos recursos naturais. O termo “[...] agora correspondia a um fenômeno positivo de desenvolvimento do campo e de seus atores sociais” (TEIXEIRA, 2011, p. 68).

Entendendo que o termo pluriatividade é mais abrangente que *part-time farmer*, caminhamos na direção de Schneider (2001) que considera a pluriatividade uma forma de fortalecimento da base familiar e uma possibilidade de reorganização da produção, já que sua inserção na divisão do trabalho é proveniente, principalmente, das atividades que não fazem parte do cotidiano agrícola, do que da produção em si.

Se contrapondo às ideias do “novo” rural, Alentejano (2000) aponta três problemas: não evidencia as diferenças, especificidades e contradições existentes no processo de modernização da agricultura; não atenta para estratégias de prática que são iguais designando uma racionalidade comum e não constata contiguidades do passado e atuais para processos históricos, conferindo um caráter de novidade.

Para ele, essa formulação não apresenta nada de inovador, antes é um “[...] modelo mecânico-químico de modernização da agricultura à *la* revolução verde [...]” (ALENTEJANO, 2000, p. 101). Revela-se como único modelo capaz de possibilitar a agricultura, eliminando outras possibilidades de estratégias para seu desenvolvimento. Teixeira (2011, p. 62) exemplifica esse apontamento ao afirmar que o “[...] o “Novo Rural” e as “novas ruralidades” tratam das mudanças do campo sem tratar das suas permanências, seus inconvenientes e valorizando o seu conforto e nova roupagem”.

Alentejano (2000) coloca ainda que essa formulação se aproxima das ideias neoliberais em que as desigualdades sociais são mascaradas por meio do uso de medidas compensatórias. Assim, para diminuir a pobreza no campo, é atribuído o caráter urbano, incentivando as atividades não agrícolas para incremento de renda.

Veiga (2001a) buscando análises em favor de um desenvolvimento rural, afirma que o Brasil ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento e para encontrá-lo precisa romper com a ideia de hiperurbanização e entender que além do setor primário, os setores secundário e terciário também fazem parte da agricultura:

Enquanto prevalecer essa dupla trapalhada – que combina o mito de um Brasil hiperurbanizado com a ignorância sobre o peso dos serviços e da indústria na economia rural – continuarão muito precárias todas as tentativas de formular uma nova agenda de desenvolvimento para o país. (VEIGA, 2001a, p. 102)

O autor explica ainda, que o fato do setor primário ser mais comum no meio rural, não significa que os outros setores não possam ocorrer ou que fazem parte apenas do meio urbano. Para ele, há muito tempo o desenvolvimento de uma região rural deixou de depender apenas das práticas agrícolas. O dinamismo está em sua capacidade de diversificação, dos negócios criados em torno da fonte primária, pois “[...] quanto mais rural é um município, menor é a impermeabilidade dos setores econômicos” (VEIGA, 2001b, p. 40).

Analisando a realidade de países ricos, chamados de desenvolvidos ou países de Primeiro Mundo pelo autor, o setor terciário abrange a maioria dos empregos rurais, sendo que as regiões mais dinâmicas não são as essencialmente urbanas ou rurais, mas onde há uma “adjacência” entre esses meios (VEIGA, 2003,

p. 94). Essa adjacência se relaciona com a associação mais intensa de áreas rurais e áreas urbanas que visam um maior dinamismo econômico.

Tratando do Brasil, Veiga (2003) coloca que existem áreas rurais em que as possibilidades de desenvolvimento se encontram, exclusivamente, em atividades ligadas ao setor primário, porém em outras esse setor oferece poucas chances. Em alguns locais:

[...] as saídas dependem da possibilidade de atrair investimentos industriais. Em outros, estão mais diretamente vinculadas à capacidade de oferecer serviços a consumidores de alta renda, atraídos pelas riquezas naturais que tendem a ser cada vez mais valorizadas [...]. Por isso, o desenvolvimento de inúmeras áreas rurais tende a depender muito mais da segmentação de mercados locais ou regionais impulsionada por residentes temporários, turistas, esportistas, aposentados etc., do que de padronizados mercados nacionais ou externos que absorvem *commodities* e manufaturados. (VEIGA, 2003, p. 91)

O autor remete o desenvolvimento das áreas rurais à dependência dos mercados locais ou regionais movimentados por turistas, aposentados, entre outros. Pensando de outra forma, Marques (2002) entende que essa dependência acaba por transformar o rural em objeto de consumo em favor das tendências mercadológicas. É preciso atentar, nesse sentido, para o caráter consumista formado a partir da lógica capitalista, que transforma muitas vezes, as áreas rurais em congruências de mercado, mascarando seus inconvenientes e desconfortos em face de uma idealização.

Ainda sobre as formulações de Veiga (2003), o rural é evidenciado como algo que está, cada vez mais, conectado a tudo que não é urbano, sendo que seu desenvolvimento revaloriza o ambiente natural e não urbaniza o campo. Percebe-se que o autor traz considerações importantes de que não há uma urbanização do campo, contrapondo as ideias de Silva (2002) sobre as características de um “novo” mundo rural. Explica também que para uma diversificação nas áreas rurais, é preciso compreender que além do setor primário, os setores secundário e terciário fazem parte da dinâmica rural, sendo os dois últimos os dinamizadores de empregos rurais.

Todavia, tanto Veiga como Silva procuram introduzir formas de desenvolvimento rural através do viés econômico, não trazendo grandes diferenças estruturais em suas concepções. Os setores secundário e terciário precisariam de

outro raciocínio? Não estariam contidos nas atividades não agrícolas, propostas pelo segundo autor? Sendo assim, de modo geral, não faz menção à mesma coisa?

Carlos (2004, p. 10) chama a atenção para os apontamentos de Veiga (2003). Para ela, o autor ao afirmar que o “Brasil é menos urbano do que se calcula”, “[...] reduz o espaço a um quadro físico inerte [...]” e, indica um “[...] processo de “naturalização da sociedade” [...]”. Marques (2002), explica isso ao mostrar que para o autor o êxito econômico das áreas rurais estaria na valorização cultural e natural dessas áreas, que seriam as amenidades rurais:

A capacidade de valorizar tais amenidades, atraindo investimentos da indústria do lazer, deslocaria a base da economia rural da exportação de produtos primários e manufaturados para a oferta de serviços e importação de pessoas, dinheiro público e renda de origem urbana. (MARQUES, 2002, p. 99)

O setor de serviços é que traria um dinamismo às áreas rurais, que seriam mais valorizadas por meio de rendas de origem urbana, deixando o setor primário em segundo plano.

Tendo em vista o exposto anteriormente, percebe-se que as questões em torno da temática rural/urbano e de um possível “novo” mundo rural, não se esgotam por aí. Buscando um posicionamento norteador para o presente trabalho, verifica-se, portanto, que o rural não tem que se desenvolver economicamente apenas, sob o enfoque do turismo e do lazer, atividades que podem trazer dinamismo às áreas rurais, deve relacionar-se ao endógeno, ou seja, as particularidades locais precisam ser ressaltadas na construção de imagens e temas acerca do qualitativo rural (CALVENTE, 2004). Assim, a preocupação estaria em torno da função social, cultural, história e não somente econômica.

Defendendo que o meio rural tem características próprias, afirma-se que são justamente as peculiaridades que o valorizam, independente de uma idealização ou não pelas partes interessadas. Compreende-se assim, o meio rural como forma, de acordo com Santos (1997) em suas discussões sobre o espaço.

O espaço geográfico como totalidade faz parte de uma realidade objetiva, de resultantes sociais em que há processos de mudanças. Esses processos podem ocorrer em suas formas, funções ou estruturas (SANTOS, 1997). A forma se relaciona ao que é visível, é o “[...] arranjo ordenado de objetos [...]”,

responsável pela realização da função. Forma e função estão interligadas (SANTOS, 1997, p. 50).

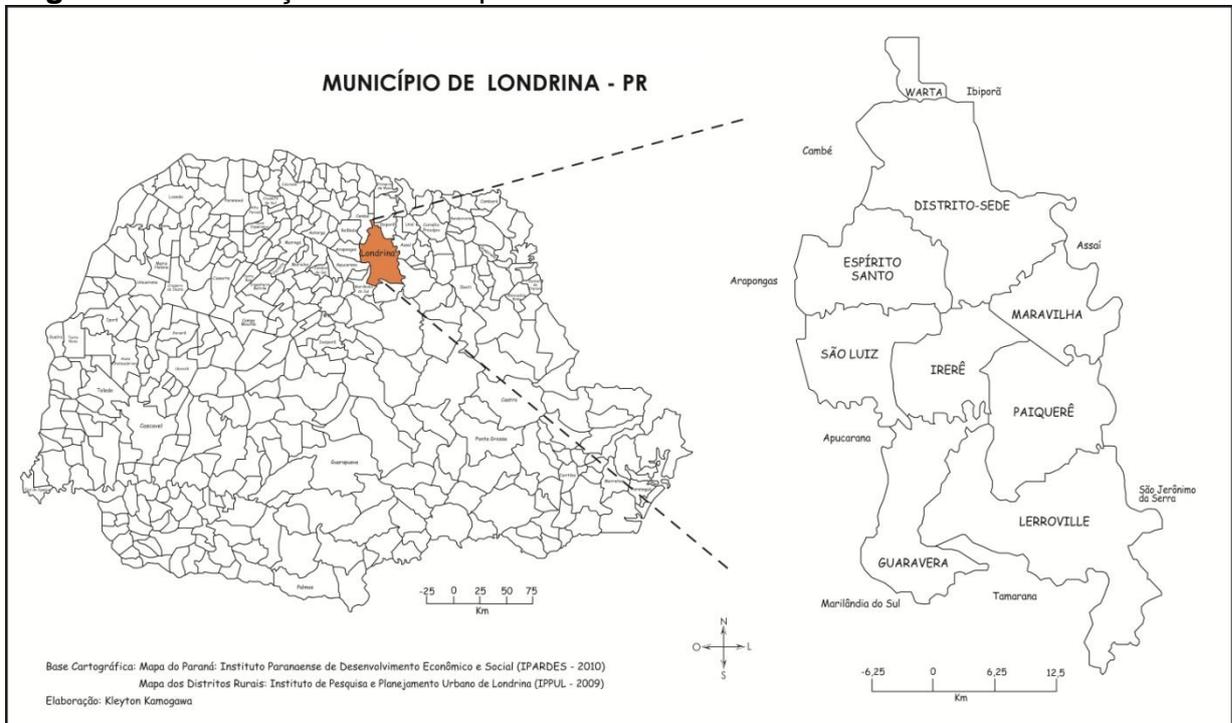
O meio rural como parte do espaço geográfico apresenta-se como forma, tendo suas funções modificadas pelos arranjos territoriais, sociais, econômicos e culturais, entre outros, dos objetos que o constituem. Verifica-se, portanto, que o rural nos últimos anos teve sua função alterada e não sua forma: “A função é que não é a tradicionalmente rural, a de produção de matéria viva, mas relacionada ao setor de serviços (lazer e turismo), setor que é costumeiramente relacionado ao meio urbano” (CALVENTE, 2004, p. 26).

Desse modo, apesar da função do rural ser relacionada, por alguns, às atividades do meio urbano, não defende-se uma urbanização do campo, mas a inserção de atividades não agrícolas, como mecanismo de diversificação nas áreas rurais. Cita-se, dentre essas atividades, o turismo e mais especificamente o turismo rural, visando um desenvolvimento local, que não está voltado apenas ao econômico, mas também ao socioespacial, histórico-cultural, ambiental e político.

2 LONDRINA E O NOVO RURAL

Busca-se aqui identificar as características do “novo” rural no município de Londrina, recorte espacial do presente trabalho (Figura 1). Para isso é necessário uma breve explanação do processo de formação e ocupação do município, bem como a delimitação e características do meio rural atualmente. Por fim, por meio dessas informações, empreende-se compreender a dinâmica rural do município que o insere no “novo” rural. Cabe ressaltar que, apesar das relevantes ponderações de Veiga (2004) sobre a classificação do IBGE que considera área urbana toda sede de município (cidade) e distrito (vila), desconsiderando outras características geográficas que mostram que o Brasil seria menos urbano, faz-se uso dessa classificação e dos dados coletados nos censos. A escolha dessa classificação se dá, pois não existem outros dados dessa natureza e porque a diferenciação de município e distrito não é o foco principal do trabalho.

Figura 1: Localização do município de Londrina no estado do Paraná



Fonte: Base Cartográfica IPARDES (2010) e IPPUL (2009)
Org.: Kleyton Kamogawa

2.1 FORMAÇÃO DE LONDRINA: BREVES CONSIDERAÇÕES

O norte do estado do Paraná teve seus primeiros núcleos de população formados no século XIX com a criação da Colônia Militar de Jataí e dos aldeamentos São Pedro de Alcântara e São Jerônimo da Serra, porém foi no final da década de 1920 que capitais privados abriram caminho para a colonização por meio de companhias de terras (CAMBIAGHI, 2007).

É assim que surgiu, de acordo com Nabarro (2010), a CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná) por volta de 1927, de capital inglês e caráter imobiliário, responsável pela formação do núcleo urbano de Londrina em 1929.

Londrina foi o primeiro núcleo criado pela CTNP, sendo escolhida como sede da companhia. Já em 1930, o então núcleo exercia função de centralidade e era um modelo para os demais que seriam implantados ao seu redor. Em 1934 Londrina foi elevada a município:

A partir daí, Londrina manteve um crescimento constante, consolidando-se, pouco a pouco, como principal ponto de referência do Norte do Paraná e exercendo grande influência e atração regional, o que possibilitou o surgimento de inúmeras cidades na região como Cambé, Rolândia, Araongas e Ibiporã, as quais têm como cidade pólo até os dias de hoje, a cidade de Londrina. (CARVALHO, 2008, p. 70)

A CTNP fez os projetos de colonização baseada na pequena propriedade. Conforme Oliveira (2010, p. 75), as cidades eram organizadas “[...] de forma que teriam entre elas uma distância de 100 quilômetros e a existência de glebas e patrimônios a cada 15 quilômetros para que a distribuição, pudesse dar apoio aos agricultores”. Assim foi o modelo seguido para Londrina, era importante um centro urbano com condições mínimas para atender a área rural e sua população.

Nabarro (2010) coloca que o êxito da colonização de Londrina se deve aos modernos investimentos da CTNP na construção de estradas que ligava a cidade às áreas rurais e na criação dos patrimônios que intermediava cidade e campo.

Oliveira (2010) explica que primeiramente foram formados os patrimônios e mais tarde esses foram elevados a distritos. Pela grande extensão de terras, o transporte e a comunicação entre o campo e a cidade eram dificultados, sendo necessário então criar pontos de apoio capazes de suprir as necessidades mais básicas da população rural que estava mais longe do núcleo urbano, “[...] esses locais caracterizam-se pela aglutinação de pessoas e pela estrutura básica para atender a demanda local com pequeno comércio instalado” (OLIVEIRA, 2010, p. 77).

Entre as décadas de 1960 e 1970 as pequenas propriedades e o trabalho familiar faziam parte do cenário agrícola de Londrina e do Norte do Paraná, mas foram alterados pela modernização da agricultura:

Os cafezais deram lugar às modernas culturas temporárias, principalmente a soja e trigo. Nesse novo quadro no campo estava presente cada vez mais a tecnologia e a informação, além de ter abalado o crescimento demográfico do espaço rural. (OLIVEIRA, 2010, p. 76)

Até a década de 1970 o café era a principal fonte da economia de Londrina, sendo considerada, segundo Nabarro (2010), como a capital mundial do café. Com o intenso crescimento populacional e a crise cafeeira ao longo dos anos de 1960, a dinâmica agrária sofreu transformações, pequenos produtores que não conseguiram acompanhar a modernização e muitas famílias dependentes da renda do café foram para a cidade ou para outros estados em busca de condições mais satisfatórias de vida, os que possuíam mais recursos financeiros investiram em culturas como a soja, já em expansão no Brasil.

Tendo em vista esses aspectos, pode-se perceber que o desenrolar da colonização de Londrina culminou em um quadro agrário de concentração fundiária e desigual distribuição de renda, verificado não só no município em questão, mas no Norte do Paraná. Isso pode ser explicado pelo próprio caráter capitalista e modernizador da CTNP, que visava a ampliação do capital por meio da venda da terra.

2.2 ATUAL REALIDADE DO RURAL DE LONDRINA

Atualmente o município de Londrina exerce grande influência no estado do Paraná e, sobretudo na região norte do estado, sendo a sede de sua região metropolitana. Conforme dados do IBGE Cidades (2012), possui uma área territorial de 1.653.263 quilômetros quadrados sendo apenas 245,01 quilômetros quadrados de zona urbana. O município conta com o distrito sede e mais oito distritos rurais: Guaravera, Lerroville, Irerê, Paiquerê, Maravilha, São Luiz, Warta e Espírito Santo, foco de estudo do presente trabalho (LONDRINA, 2011).

A população, de acordo com a sinopse do censo 2010, é de 506.701 habitantes sendo 493.520 habitantes residentes na zona urbana, o que corresponde a 97,4% do total e 13.181 habitantes na zona rural correspondente a 2,6%. O alto percentual de pessoas na zona urbana de Londrina teve significativo crescimento ao longo dos anos, ao contrário da zona rural, conforme as Tabelas 1 e 2:

Tabela 1: População residente em Londrina nos anos de 1960 a 2010

Ano	Urbana (hab.)	Rural (hab.)
1960	77.382	57.439
1970	163.528	64.573
1980	266.940	34.771
1991	366.676	23.424
2000	433.369	15.679
2010	493.520	13.181

Fonte: Londrina, 2011.

Org.: Luca, 2012.

Tabela 2: Crescimento percentual da população de Londrina nos anos de 1960 a 2010

Ano	Urbana %	Rural %
1960/1970	111,33	12,42
1970/1980	63,24	-46,15
1980/1991	37,36	-32,63
1991/1996	8,03	-33,06
1996/2000	9,40	-12,65
2000/2010	13,88	-3,76

Fonte: Londrina, 2011.

Org.: Luca, 2012.

Com base nos dados das tabelas, pode-se perceber que em 40 anos a população urbana de Londrina cresceu 537,77%, sendo que o aumento de 2000 a 2010 foi de 13,88%. Em contrapartida a população rural diminuiu tendo um decréscimo de -3,76% de 2000 a 2010, ou seja, pouco mais de duas mil pessoas saíram da zona rural para residir na zona urbana.

Para Manaia (2009) esse decréscimo é consequência da modernização da agricultura. O autor chama a atenção para a diminuição abrupta da população nos períodos de 1960 a 1970 e 1970 a 1980. O primeiro período apresentou aumento de, aproximadamente, 12% da população rural e, no segundo período a queda foi de, aproximadamente, -46%, revelando as consequências da modernização como o êxodo rural e mudanças nas relações de trabalho.

Conforme o PDPML (Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina) de 2008, com base em dados de 2000, havia um crescimento de 2,02% de pessoas por ano na área urbana e um déficit de -3,85% na área rural, evidenciando que a redução da taxa de crescimento na área rural se deve à precariedade de serviços públicos e à falta de acesso a investimentos em culturas como: avicultura, piscicultura, apicultura, agricultura orgânica, entre outros. O estudo mostra, ainda, que há pouco crescimento da população urbana dos distritos em relação ao distrito sede, devido à precariedade de infraestrutura destes locais para fixar sua população ou atrair mais pessoas.

Em relação à estrutura fundiária, percebe-se no município, que apesar das diversas transformações no setor agropecuário, este setor ainda tem grande destaque, sobretudo na agricultura familiar. Conforme o Censo Agropecuário 2006 há um total de 3.144 estabelecimentos rurais, sendo 2.158 estabelecimentos familiares representando 68,64% do total (Quadro 2 e Gráfico 1):

Quadro 2: Número de estabelecimentos agropecuários por grupo de área em Londrina

Grupo de área	Total
	Nº
Menos de 5 ha	1.365
De 5 a menos de 20 ha	909
De 20 a menos de 50 ha	361
De 50 a menos de 100 ha	174
Mais de 100	332
Total	3.144

Fonte: Censo agropecuário 2006, IBGE.

Org.: Luca, 2012.

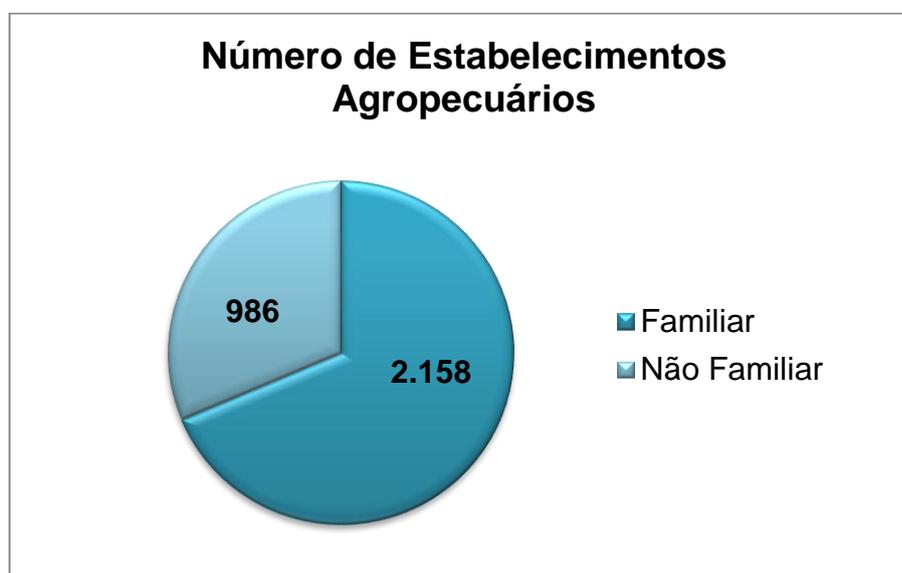


Gráfico 1: Número total de estabelecimentos agropecuários em Londrina.

Fonte: Censo Agropecuário 2006, IBGE.

Org.: Luca, 2012.

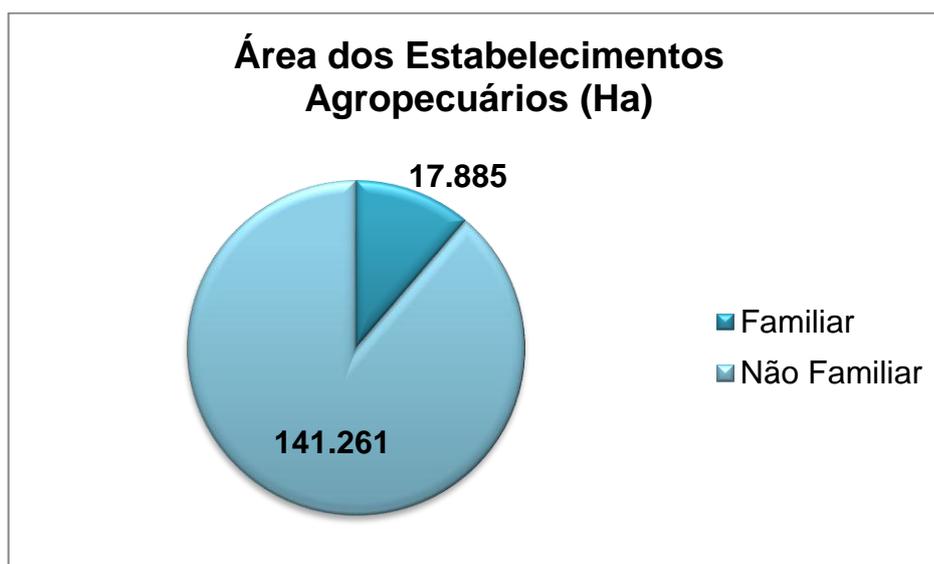
Prevalece, portanto, no município os estabelecimentos menores que 50 ha, que somam 2.635 propriedades. Sobre a área dos estabelecimentos, percebe-se que a maioria, com até 50 ha, possui área que soma 24.057 ha. Os estabelecimentos que possuem mais de 1000 ha são poucos, são 11 ao todo, cuja área é de 24.556 ha, revelando uma grande concentração fundiária (Tabela 3 e Gráfico 2).

Tabela 3: Área dos estabelecimentos agropecuários do município de Londrina

Área dos estabelecimentos	Nº de estabelecimentos	Ha
Até 5 ha	1.365	2.279
De 5 a menos de 10 ha	389	2.971
De 10 a menos de 20 ha	520	7.214
De 20 a menos de 50 ha	361	11.593
De 50 a menos de 100 ha	174	12.557
De 100 a menos de 200 ha	122	17.445
De 200 a menos de 500 ha	176	63.847
De 500 a menos de 1000 ha	23	16.687
Mais de 1000 ha	11	24.556
Total	3.144	159.145

Fonte: Censo agropecuário 2006, IBGE.

Org.: Luca, 2012.

**Gráfico 2:** Área total dos estabelecimentos agropecuários em Londrina.

Fonte: Censo Agropecuário 2006, IBGE.

Org.: Luca, 2012.

Tendo em vista os dados anteriores, constata-se que mais de 50% dos estabelecimentos rurais podem ser identificados como familiares, apesar de ocuparem pouco mais de 10% das terras agrícolas do município. Segundo Carvalho (2008, p. 88), é nesse grupo familiar que ocorre maior concentração de mão-de-obra caracterizando um local de “[...] pouca terra, mas muito trabalho e grande distribuição de renda. Diferente do que ocorre com os grandes estabelecimentos,

onde há maior volume de produção comercializada em função da maior ocupação de área”.

2.3 O NOVO RURAL DE LONDRINA

Para definir o “novo” rural de Londrina, seguiu-se a metodologia adotada por Del Grossi e Silva (2002b), em que se analisa a ocupação das pessoas. Para eles a tecnificação na agropecuária ainda existe e faz com que ocorra uma simplificação das tarefas. Assim, tarefas que exigiam grande número de pessoas puderam ser feitas por número reduzido devido à terceirização e operações mecanizadas. Além disso, vem surgindo também no meio rural novas atividades agrícolas e atividades não agrícolas para as pessoas se ocuparem.

Os autores analisam a ocupação das pessoas por meio da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) realizada pelo IBGE, sendo possível averiguar as informações por domicílio sem se limitar, somente, às informações sobre a produção das áreas rurais, como faz o Censo Agropecuário, “Utilizando dados sobre a produção estaríamos excluindo da nossa análise milhares de chácaras e residentes rurais sem produção, além de várias novas atividades que não são agrícolas” (DEL GROSSI; SILVA, 2002b, p. 8).

Entretanto as informações contidas na PNAD dão conta de análises por região ou por unidades de federação, não apresentando dados por município. Assim para delimitar o “novo” rural de Londrina, por meio da análise de pessoal ocupado, faz-se uso dos dados do Censo Agropecuário 2006, ainda que este não abranja uma totalidade de informações.

Conforme o Censo Agropecuário 2006, o número de pessoal ocupado com 14 anos ou mais em atividades agropecuárias era de 9.950 pessoas e o pessoal ocupado em atividades não agropecuárias, com 14 anos ou mais e com laços de parentesco com o produtor, era de 262 pessoas, conforme a tabela 4. Ressalta-se que como pessoal ocupado, o IBGE considera: proprietário, assentado sem titulação definida, arrendatário, parceiro, ocupante e produtor sem área.

Tabela 4: Pessoal ocupado em Londrina com 14 anos ou mais em relação à atividade desenvolvida

Atividades	Pessoal ocupado	
	Nº	%
Agropecuária	9.950	96,18
Não agropecuária	262	3,82
Total	10.212	100

Fonte: Censo Agropecuário 2006, IBGE.

Org.: Luca, 2012.

É preciso destacar que como atividade agropecuária, considera-se a soma do conjunto das atividades: lavoura temporária; horticultura e floricultura; lavoura permanente; sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal; pecuária e criação de outros animais; produção florestal – florestas plantadas; produção florestal – florestas nativas; pesca e aquicultura, classificadas pelo IBGE.

Entre as atividades agropecuárias, encontram-se também as novas atividades, em referência a atividades que já existiam antigamente, mas que ganharam nova roupagem como atividade econômica. Neste grupo considerou-se, de acordo com o IBGE, as atividades agropecuárias não tradicionais como: horticultura e floricultura; sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal; pecuária e criação de outros animais; pesca e aquicultura, que representam, sob a ótica do presente trabalho, atividades pertencentes ao “novo” rural (Tabela 5). A variável ‘outras atividades’, demonstrada na tabela, representa atividades agrícolas tradicionais.

Com base nos dados das tabelas 4 e 5, percebe-se que as atividades agropecuárias ocupam grande parte das pessoas nos estabelecimentos rurais do município de Londrina e que as novas atividades, pertencentes ao novo rural, já são expressivas ocupando, aproximadamente, 35% das pessoas. As atividades não agropecuárias também começaram a se manifestar no município, apesar de ocuparem cerca de 4% das pessoas demonstram outra funcionalidade do campo. Isso também pode ser observado no quadro 3.

Tabela 5: Novas atividades agropecuárias em Londrina

Atividades	Pessoal ocupado	
	Nº	%
Horticultura e floricultura	1.449	14,65
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
Pecuária e criação de outros animais	2.032	20,75
Pesca	4	0,04
Aquicultura	13	0,12
Outras atividades	6.452	64,44
Total	9.950	100

Fonte: Censo Agropecuário 2006, IBGE.

Org.: Luca, 2012.

Quadro 3: Número de estabelecimentos por tipo de receitas e tipo de atividades em Londrina

Tipos de Receitas	Atividades Agropecuárias
	Nº de estab.
Produtos vegetais	1.469
Animais e seus produtos	320
Húmus	-
Esterco	7
Exploração mineral	-
Total	1.796
Tipo de Receitas	Novas atividades
	Nº de estab.
Animais criados em cativeiros (jacaré, escargô, capivara e outros)	4
Produtos da agroindústria	11
Prestação de serviço de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários para terceiros	-
Prestação de serviço para empresas integradoras	25
Total	40
Tipo de Receitas	Atividades Não Agropecuárias
	Nº de estab.
Atividades de turismo rural no estabelecimento	6
Outras atividades não agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem, etc.)	17
Total	23

Fonte: Censo Agropecuário 2006, IBGE.

Org.: Luca, 2012.

Exemplificando o quadro 3, como atividades agropecuárias considerou-se, conforme o IBGE, o grupo de atividades composto pela lavoura temporária, lavoura permanente, produção florestal – florestas plantadas e produção florestal – florestas nativas. Como novas atividades considerou-se o grupo composto pela horticultura e floricultura, sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal, pesca e aquicultura e, como atividades não agropecuárias estavam as atividades de turismo rural e outras como artesanato e tecelagem, levou-se em conta o total agrícola que inclui a agricultura familiar e não familiar.

Analisando o tipo de receita relacionada ao tipo de atividade econômica, constata-se que as receitas que provém das atividades agropecuárias também são a maioria no município, sendo 1.796 os estabelecimentos que obtém receita dessas atividades. As receitas provenientes das novas atividades são obtidas em 40 estabelecimentos, sendo que a maioria dos estabelecimentos dessa categoria obtém receita por meio da prestação de serviço para empresas integradoras que são serviços prestados por técnicos aptos de empresas que o produtor tem contrato de integração (IBGE, 2006). Em menor número estão as atividades não agropecuárias que obtém receita de 23 estabelecimentos.

Diante desses dados é possível afirmar que, ainda que as atividades agropecuárias predominem no município de Londrina elas não respondem, exclusivamente, pela dinâmica das áreas rurais. Mrtvi (2005) mostra como as novas atividades fazem parte da realidade agropecuária de Londrina, por meio de entrevistas e levantamentos com produtores familiares da microbacia do ribeirão Jacutinga, na região norte do município.

O autor expõe que as novas atividades não são novas, são atividades que há bastante tempo eram desenvolvidas pelas famílias que repassaram as receitas para outras gerações:

Essas atividades apenas ganharam uma roupagem nova e saíram da informalidade. O produtor continua a auferir mais uma renda com a venda dos produtos e os governos federal, estadual e municipal passam a arrecadar impostos dessas atividades, o que não ocorria antes. Por outro lado o consumidor pode adquirir um produto que tem um órgão responsável pela sua procedência [...]. Em resumo, todos ganham, mas a atividade não é nova. (MRTVI, 2005, p. 156)

As atividades foram aperfeiçoadas com o passar dos tempos e são um complemento de renda para as propriedades que exerciam apenas a produção agropecuária. Pode-se citar, conforme Mrtvi (2005), a criação de peixes da família Clivati, entre o patrimônio Heimtal e o distrito da Warta, a agroindústria processadora de embutidos, uma tradição praticada pela família Strass, pioneira na região do patrimônio Heimtal, a agroindústria de derivados do leite, desenvolvida pela família Hort também da região do patrimônio Heimtal, a produção de legumes e verduras pela família Adaniya no distrito da Warta, o cultivo de flores, praticado por alguns membros da família Takemura, também no distrito da Warta, entre outros exemplos.

As novas atividades e as atividades não agropecuárias no município de Londrina, não são praticadas somente por produtores da região norte, a prática vem sendo disseminada em diversas áreas rurais do município, como o turismo e o excursionismo rural nos restaurantes do distrito do Espírito Santo, analisados no capítulo seguinte.

3 A DINÂMICA DO ESPAÇO RURAL DE LONDRINA A PARTIR DOS RESTAURANTES RURAIS DO DISTRITO DO ESPÍRITO SANTO

Para delimitar a dinâmica do espaço rural de Londrina a partir dos restaurantes rurais do distrito do Espírito Santo, usa-se a ótica da atividade turística. O distrito foi escolhido por conter restaurantes conhecidos e que são foco de reportagens na *internet* e jornais impressos. Primeiramente, é feita uma explanação sobre o turismo e o excursionismo rural, considerando também o excursionismo e os restaurantes rurais, depois são traçadas algumas informações do distrito em questão e, por fim, são apresentados os restaurantes rurais existentes no distrito, assim como suas características. Pretende-se, dessa forma, entender como a prática do turismo/ excursionismo rural nos restaurantes confirmam a existência de atividades que compõem o “novo” rural em Londrina.

3.1 TURISMO E EXCURSIONISMO RURAL

A partir do século XX o turismo ganha maior dimensão, atingindo diferentes escalas, desde a regional à internacional, entretanto seu conceito ainda é objeto de polêmicas.

A atividade turística está ligada ao espaço e é considerada uma prática social pressupondo, conforme Fonseca (2005, p. 31) uma “[...] descontinuidade espaciotemporal, uma quebra com o cotidiano”. O lugar é fixo, logo a prática turística exige o deslocamento das pessoas que rompem com seu cotidiano para vivenciar o que as outras localidades oferecem.

Conforme a definição da OMT (Organização Mundial de Turismo), órgão oficial de referência global que orienta diversos organismos no planejamento e gestão da atividade de turismo no mundo todo, parafraseada por Cruz (2003, p. 4), o turismo:

[...] é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas

razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta.

De acordo com a definição da OMT, o turismo pressupõe pelo menos um pernoite no local de destino, caso não haja pernoite a denominação deve ser excursionismo. É preciso destacar também que as pessoas que se deslocam podem ser chamadas de visitantes, a noção é válida tanto para turistas como excursionistas (CALVENTE, 2004).

Pela definição da OMT, pode-se perceber que o turismo não se restringe apenas à viagens de lazer, a motivação das pessoas pode ser orientada por várias razões, contudo essa definição sugere, como expôs Cruz (2003), que turismo e viagem são sinônimos, pois a pessoa que viaja por motivo de negócios ou saúde, por exemplo, é considerada turista por ter a sua disposição as mesmas infraestruturas turísticas de quem viaja por motivo de lazer.

Ainda conforme Cruz (2003), considerar toda viagem como turismo acaba por generalizar os dados estatísticos sobre a atividade. A autora esclarece que diante da força que a definição oficial possui, como referência para diversos estudos, é a mais usada estando longe de ter um conceito claro e uniforme. Assim, o turismo é entendido como uma das formas de lazer, sendo este a lógica que organiza os espaços para que a atividade se desenvolva. Para ela, o turismo “[...] é, antes de mais nada, uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo” (CRUZ, 2003, p. 5).

A atividade turística vem ganhando destaque desde o final da Segunda Guerra Mundial. Segundo Fratucci (2008) a atividade foi usada como estratégia dos países europeus para um desenvolvimento imediato do pós-guerra, já que precisavam encontrar formas de financiamentos para reconstrução dos países, principalmente no âmbito econômico. Neste período se difundiu o turismo de massa, estruturado em torno das grandes redes de hotéis. Os principais destinos se concentravam no binômio sol e mar, principalmente do litoral da Europa e da América do Norte.

No Brasil o contexto era o do processo de urbanização, iniciado a partir da década de 1940. De acordo com Santos (2008) de 1940 a 1980 a população total brasileira triplicou e a população urbana cresceu aceleradamente,

chegando a mais de 80 milhões de pessoas na década de 1980. Os investimentos em infraestruturas também foram notáveis nesse período, as estradas de ferros foram interligadas e construídas estradas de rodagem. Na economia também foi possível verificar certo crescimento por meio do mercado consumidor, aumento do consumo popular, assim como da classe média. Além dessas formas de crescimento, consideradas como material por Santos (2008) houve progressiva expansão no âmbito da saúde, educação e lazer.

O turismo aparece com mais força, nesse sentido, a partir da década de 1970, não só pela potencialidade dos aspectos naturais do país como clima, vegetação, hidrografia e paisagens tropicais, entre outros, mas também pelo aporte cultural. Assim, o tempo de trabalho passou a ser mediado pelo tempo livre, e a busca pelo lazer, recreação e viagens passou a fazer parte da necessidade das pessoas: “[...] o turista viaja para recuperar energias, para poder retornar ao seu cotidiano e continuar vendendo sua força de trabalho. E mais, enquanto viaja consome os elementos disponibilizados para satisfazê-lo: a paisagem, o clima, a cultura” (FRATUCCI, 2008, p. 46). Além disso, está aumentando, cada vez mais, as viagens organizadas por agências a nível nacional e internacional, seja para negócios, passeio, conhecimento cultural e religioso, entre outros.

Diante da expansão da atividade turística, várias modalidades de turismo vêm surgindo para atender as diversas demandas de pessoas como o turismo de negócios, turismo cultural, turismo de aventura, ecoturismo, turismo religioso, turismo rural, turismo gastronômico, entre outras denominações que revelam as diferentes tendências para atender as preferências dos turistas.

Segundo Calvente (2004, p. 7), a tendência que mais se relaciona e de certa forma se contrapõe ao processo de urbanização é o turismo ou excursionismo rural, perceptível no Brasil a partir de 1990. Esta tendência pode receber uma diversidade de denominações como: “[...] turismo interior, turismo doméstico, turismo integrado, turismo endógeno, turismo verde, agroturismo, turismo de pequena escala [...]” entre tantas outras.

Há de se considerar, entretanto, que o turismo ou excursionismo rural também está relacionado ao turismo em pequena escala, realizado em áreas rurais que possui relação com o rural por meio de signos que o identificam e tem por finalidade o contato com o ambiente rural e com a comunidade local. A difusão dessa modalidade tem como principal razão a busca pela tranquilidade, pela vida

saudável, proximidade com a natureza, ambiente bucólico, que se opõe às agitações do dia a dia do ambiente das cidades.

O conceito de turismo rural traz grandes diferenciações, conforme os autores e suas linhas de pesquisa, em muitos casos está vinculado à concepção europeia que retrata realidades distintas do Brasil. Entendendo o turismo rural como atividade que se relaciona com o cotidiano rural, concorda-se com Candiotto (2010, p. 11):

[...] o turismo rural está necessariamente vinculado às características do meio rural (produção agrícola e/ou pecuária, paisagens rurais com vegetação nativa e secundária, arquitetura rural, o contato direto com o modo de vida dos habitantes do campo e com os animais, a culinária da “roça”, entre outras). Por conseguinte, os empreendimentos que nada têm a ver com a prática e o conteúdo rural, mas que estão inseridos no espaço rural, fazem parte do turismo no espaço/meio/área rural e não do turismo rural.

Calvente (2004) seguindo esse enfoque coloca que o turismo rural traz a ideia do território onde ocorre, com o objetivo de valorizar a diversidade de cada local e criar um simbolismo por meio dos costumes e valores do passado, sendo aquele realizado:

[...] em paisagens naturais e paisagens agrárias, trazendo um retorno ao passado rural ou indígena; é também cultural; de pequenas igrejas e museus, de colheitas, festas, costumes e crenças tradicionais, romarias, artesanato e comidas típicas, valorizando os produtos específicos do local. (CALVENTE, 2004, p. 11)

O turismo rural, dessa forma, se apropria das especificidades do local onde ocorre. É preciso destacar que a atividade tem que proporcionar também um desenvolvimento local, que não deve ser baseado apenas nos fatores econômicos e sim nos benefícios que a atividade vai proporcionar aos visitantes e à comunidade local em todas as dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e política, entre outras. Vai existir uma valorização dos aspectos locais como costumes, valores e hábitos e também um resgate histórico e cultural, capaz de formar uma identidade local, que poderá ser apreciada pelos turistas.

Nem sempre a atividade turística deve ser interpretada deixando o rural em oposição do urbano. Rodrigues (2003) indica que a ligação com o lugar é que vai diferenciar uma vinculação afetiva ou somente de mercado ou comercial. Se

uma pessoa comprar um terreno no meio rural, por exemplo, para construção de um pesque-pague ou um restaurante, sem que haja vínculo com a realidade rural e que o proprietário reside em outro local, tal empreendimento ainda que se localize na área rural, não irá possuir relação com a ruralidade.

De outro modo, pode haver empreendimentos que antes possuíam caráter estritamente rural como barracões de beneficiamento de café, por exemplo, e que foram transformados em alojamentos ou salões para aluguel de festas com usos urbanos. Nesses exemplos a atividade que se destaca é a do lazer, sendo preciso uma denominação que indique o hibridismo entre o meio rural e urbano. Rodrigues (2003, p. 107) chamou de “turismo periurbano” quando há pernoite ou “lazer periurbano” quando não há.

Nos casos mencionados acima, tanto o turismo quanto o lazer periurbanos são atividades não especificamente rurais, mas que ocorrem geograficamente em áreas rurais. Sobre o turismo rural, propriamente dito, Rodrigues (2003) o classifica em dois grupos: o turismo rural tradicional que está relacionado aos valores históricos, nele se inclui o turismo de origem agrícola, pecuarista e de colonização europeia, e o turismo contemporâneo, implantado em épocas recentes, caracterizando-se como uma modalidade alternativa de turismo que ganha maior força com o crescimento da população urbanizada, inclui-se nessa categoria os hotéis-fazenda, pousadas rurais, *spas* rurais, segunda residência campestre, *campings* e acampamentos rurais, turismo de caça e pesca, turismo místico ou religioso, turismo científico ou pedagógico e turismo etnográfico.

Essa classificação é uma tentativa da autora de estabelecer uma tipologia para o turismo rural, visto que as modalidades não se limitam e não se esgotam à lista. Com o crescimento da atividade, outras modalidades surgem e podem ser incorporadas aos grupos de classificação. Para direcionar a temática do presente trabalho, entende-se que os restaurantes rurais enquadram-se na prática excursionista pelo fato dos visitantes permanecerem no local por menos de 24 horas e inserem-se no excursionismo rural contemporâneo, já que é uma atividade recente, de lazer alternativo, contudo podem fazer parte do hibridismo periurbano, por meio de uma vinculação ou não com o meio rural e seu cotidiano.

3.2 EXCURSIONISMO RURAL E RESTAURANTES RURAIS

Como mencionado anteriormente, o excursionismo pressupõe estadia inferior a 24 horas no local de destino, sendo esta a nomenclatura correta para a visita nos restaurantes rurais. Nesses locais, o visitante pode usufruir de todos os serviços oferecidos durante o período de funcionamento do estabelecimento e depois retornar para sua casa.

A prática do excursionismo nos restaurantes rurais assim como da atividade turística em si requer um inter-relacionamento de todos os elementos que constituem o local e coloca em evidência os elementos básicos constituintes do espaço turístico que são, conforme Rodrigues (2001, p. 45): “[...] oferta turística, demanda, serviços, transportes, infraestrutura, poder de decisão e de informação, sistemas de promoção e de comercialização”.

Os restaurantes rurais como parte integrante do espaço turístico podem ser vistos como atrativo turístico, contudo sua estrutura de sustentação está firmada na oferta turística. Segundo Rodrigues (2001) a oferta turística é elemento fundamental do espaço turístico e é constituída pela motivação dos visitantes, fluxos turísticos, juntamente com os serviços e infraestruturas de apoio.

Bahl (2004, p. 32) considerou que: “[...] a oferta turística é o conjunto de bens e serviços oriundos da estrutura de atrativos, utilidade pública, geral e turística de uma localidade que, combinados de diferentes maneiras, permitem conformar produtos turísticos”. No segmento “atrativos” se inserem os atrativos naturais e culturais, no segmento “estrutura de utilidade pública e geral” estão os elementos da infraestrutura, como energia, saneamento, postos telefônicos, emissoras de rádio, segurança, entre outros e no segmento “estrutura de serviços turísticos” estão os serviços de transporte, alimentação, hospedagem e apoio turístico (postos de informações, centro de convenções, agências de viagens e etc).

De forma geral, pode-se entender por oferta turística o conjunto de atrativos, serviços, equipamentos e infraestrutura que dão suporte à atividade turística. Os restaurantes rurais colocam a disposição dos visitantes a alimentação rural e gastronomia típica, tranquilidade do campo e formas de recreação para adultos e crianças, atividades consideradas como oferta turística:

Torresmo, costelinha de porco, frango caipira com polenta, mandioca frita, saladas, pudim e doce de abóbora, entre vários outros pratos, fazem parte do cardápio básico dos restaurantes rurais. O menu pode ser degustado sem pressa tendo a natureza como cenário principal. Para completar o programa, em alguns estabelecimentos há passeios de charrete para as crianças e redários para os clientes tirarem um cochilo após a refeição. (ROMAN, 2012, p. 1)

Cabe ressaltar que a gastronomia não é o único atrativo, é uma oferta turística assim como os outros elementos que constituem o ambiente rural de cada restaurante. As ofertas turísticas, nesse caso, estão ligadas à crescente valorização do meio rural nos últimos tempos. Essa valorização remete às atividades que formam o chamado “novo” rural, sobretudo às atividades não agropecuárias.

Nesse sentido, Weissbach (2007, p. 28 e 30) afirma que “O espaço rural amplia a sua possibilidade de emprego e geração de renda. Assim há uma valorização de bens não-tangíveis como a paisagem e o lazer [...]”, sendo que “[...] a proliferação de sítios de lazer, restaurantes, hotéis-fazenda [...] têm se revelado mais rentáveis que as atividades agropecuárias”.

A disseminação de atividades não agropecuárias no meio rural tem aumentando, pois une produtores que querem complementar a renda das propriedades com os desejos da população, principalmente das cidades, que cada vez mais busca locais tranquilos, contato com a natureza, paisagens cênicas, que se opõem às agitações urbanas:

Além da inserção de novas atividades econômicas no espaço rural (indústrias, serviços, lazer), as representações dos urbanos sobre o rural passam a vincular o meio rural com a natureza e a tranquilidade, valorizando espaços considerados atrasados e restritos à produção agropecuária. Por conseguinte, aumenta o interesse dos cidadãos pelo espaço rural, seja para um passeio ou mesmo para residência (neo-rurais), fato que atribui maior heterogeneidade econômica e social ao espaço rural. (CANDIOTTO; CÔRREA, 2008, p. 225)

Isso pode ser visto nos restaurantes rurais de Londrina por meio de depoimentos tanto dos proprietários como de clientes frequentadores. Em entrevista para a matéria intitulada “Delícias do Campo”, do jornal Folha de Londrina, no caderno Cidades de 2 de março de 2012, uma proprietária afirmou: “[...] meu marido é agricultor e quando meus três filhos começaram a estudar fora as despesas aumentaram. Foi então que pensei em aproveitar a chácara para montar o

restaurante”. Outra entrevista é de um frequentador que mora em uma cidade da região de Londrina, ele diz: “[...] aqui a gente tem tempo para conversar com a família, as crianças podem brincar tranquilamente e ainda aproveitamos a comida que é muito boa” (ROMAN, 2012, p. 1).

As entrevistas mostram a valorização do rural em face de um “novo” mundo rural. A própria mídia atua como importante papel para divulgação desses locais e para mostrar suas novas funcionalidades, ainda que possa influenciar a percepção da população urbana para uma idealização do rural. Conforme Rodrigues (2001) a publicidade além de um convite a viagem, mostra o reflexo do pensamento coletivo, assim não se limita a vender somente um produto, mas a difundir, por meio de linguagens e informações, um modo de vida.

A influência da mídia pode ser observada nas reportagens de jornais impressos e virtuais sobre os restaurantes rurais. No Jornal virtual Planeta Sercomtel do dia 28 de abril de 2011 cuja matéria intitula-se “Restaurantes Rurais da Região Sul”, o primeiro parágrafo traz um chamariz a esses locais: “Existe algo melhor que sair para comer fora num domingo - com bastante tempo - e encontrar um restaurante com muita área verde, sossego e comidinha caseira?” (RESTAURANTES... 2011). No jornal Folha de Londrina, caderno Cidades de 2 de março de 2012, a matéria “Delícias do Campo” em seu primeiro parágrafo também traz um convite aos restaurantes:

A comida típica e a tranquilidade do campo despertam paladares e são um convite ao relaxamento. Na região de Londrina, há alguns anos esse privilégio deixou de ser exclusivo de quem mora ou visita familiares que residem em sítios e fazendas próximos da cidade. A poucos quilômetros do Centro é possível encontrar restaurantes rurais que recebem milhares de clientes todos os finais de semana oferecendo a união perfeita entre gastronomia e lazer. (ROMAN, 2012, p. 1)

A mídia acaba auxiliando os restaurantes que tem a intenção de atrair o visitante para experimentar uma gastronomia diferenciada e desfrutar do conforto e beleza dos ambientes também diferenciados. Vale lembrar que os restaurantes por meio da prática do excursionismo devem favorecer também a comunidade, trazendo desenvolvimento local. A valorização também tem que atingir o lugar por meio de todos os aspectos como a cultura local, dinamização econômica, questões de infraestrutura e melhorias sociais, entre outras coisas.

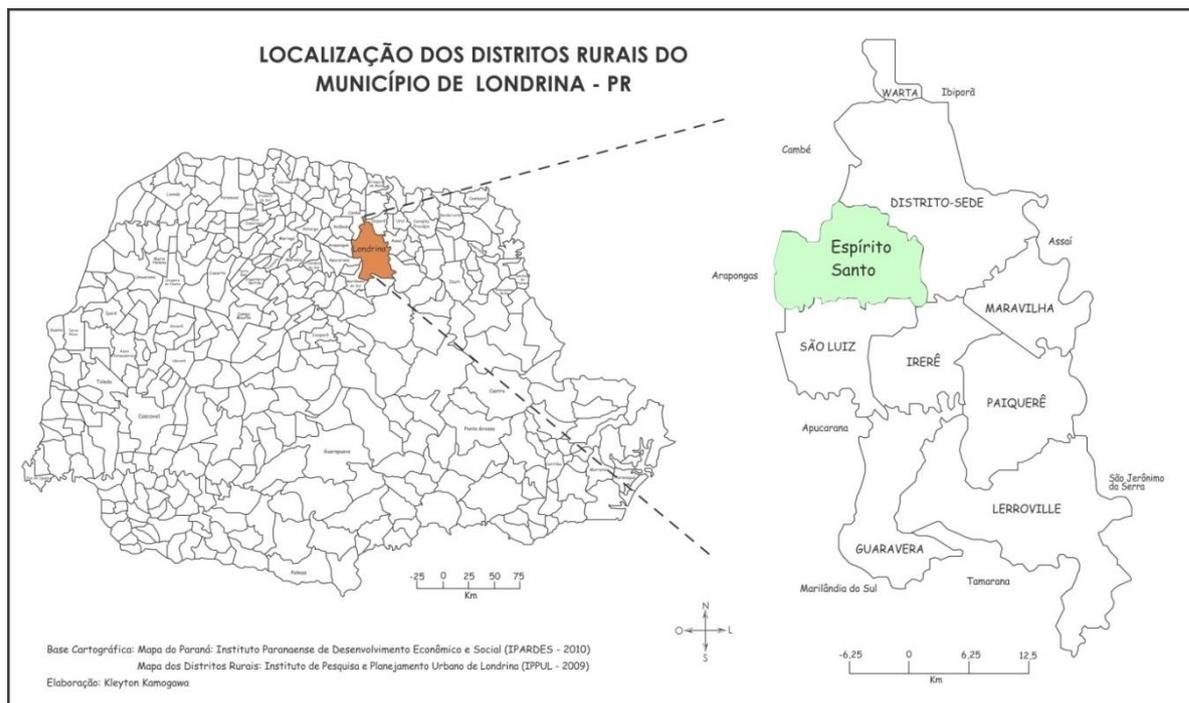
Mascarenhas (2009) explica isso ao colocar que as relações humanas, os atores públicos e privados, os elementos estruturais de cada local, assim como os ambientais e de produção é que vão atrair o turista antes de sua chegada. Assim as ofertas turísticas dos restaurantes por meio dos serviços oferecidos, equipamentos de apoio e as infraestruturas, como o desenvolvimento da comunidade em todos os níveis, oferecem algo capaz de atrair os visitantes.

3.3 O DISTRITO DO ESPÍRITO SANTO

O atual distrito do Espírito Santo, localizado na região sul de Londrina surgiu no contexto da colonização pela CTNP, sendo primeiramente um patrimônio, já que a companhia criava pontos de apoio para a população local em áreas de terra mais afastadas do núcleo urbano. Tempos depois, o patrimônio Espírito Santo foi elevado a categoria de distrito (Figura 2).

Não se encontrou dados da criação exata do patrimônio, contudo Lima (1997) indica que até os primeiros anos de 1930 sua área estava praticamente inexplorada, e em 1939 houve a chegada da família Meleiro, pioneira na região, que encontrou um patrimônio já instalado com desenho urbano formado. O patrimônio era conhecido pelos moradores como Campo da Aviação, por sediar o primeiro aeroporto de Londrina que foi construído em 1938, em uma área de terras que pertencia aos irmãos Mabio e Edson Palhano (CULTURA... 2012). Em 1941, foi construída em madeira a capela do Divino Espírito Santo, nome que deu origem ao patrimônio. Na década de 1950 a capela foi reconstruída em alvenaria e em 2003 foram concluídas as reformas que revelam a arquitetura atual (Figura 3).

Figura 2: Localização do distrito do Espírito Santo em Londrina



Fonte: Base cartográfica IPARDES (2010) e IPPUL (2009).
Org.: Kleyton Kamogawa.

Figura 3: Capela do Divino Espírito Santo



Autor: Luca, 2012.

O distrito do Espírito Santo foi criado da união do patrimônio Regina com o patrimônio Espírito Santo pela Lei Municipal nº. 5.842, de 20 de julho de 1994 (Figura 4). Segundo Lima (1997) as discussões para elevação dos patrimônios a

categoria de distrito teve início em 1993 por anseios da população influenciada pelo discurso político da Câmara de Vereadores. O argumento do Legislativo para a criação do distrito era a de que para atender as reivindicações da população, o poder público necessitaria de uma unidade administrativa.

Figura 4: Placa na entrada do Distrito Espírito Santo



Autor: Luca, 2012.

Dessa forma, em 12 de dezembro de 1993, houve um plebiscito conforme mostra o Jornal de Londrina, caderno Cidades de 13 de dezembro de 1993:

As duas localidades foram às urnas para decidir se queriam se unir e serem promovidas a distrito. Segundo os moradores, esse item foi apenas uma homologação, mas o que estava mesmo em disputa era o nome do futuro distrito. Quem fizesse mais votos tinha a preferência e poderia ser fácil prever o vitorioso se não fosse a quantidade igual de eleitores: 405 em cada localidade [...]. Tanto no Espírito Santo e no Regina a vitória era tida como certa. Moradores antigos ou novos afirmavam com certeza que a criação do distrito é bem-vinda [...]. (MORADORES... 1993, p. 1)

O plebiscito além de decidir sobre a criação ou não do distrito, decidiu também qual seria sua sede administrativa. O patrimônio que obtivesse mais votos seria a sede e nomearia o distrito. A população foi favorável à criação e com apenas cinco votos de diferença, o Espírito Santo ganhou para ser a sede e para

nomear o distrito, criado no ano seguinte (LIMA, 1997). Ainda conforme a autora, em pesquisa com a população do distrito no ano de 1997, foi possível constatar que a maioria das pessoas não se lembrava de que os antigos patrimônios tornaram-se um distrito, revelando a insignificância de sua criação.

Atualmente, o distrito do Espírito Santo possui área de 184,924 quilômetros quadrados, sendo 0,64 de área urbana e 184,86 de área rural. A população, conforme o Censo 2000 é de 2.886 habitantes, sendo 248 na zona urbana e 2.638 na zona rural. O IBGE computa a população do distrito juntamente com a população do Distrito Sede, pois não considera a delimitação do distrito prevista na Lei 5.842/94 por conta de conflitos entre a lei e a legislação que dispõe sobre a área urbana municipal (LONDRINA, 2012).

Segundo o PDPML (Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina) de 2008, a atividade econômica no distrito está embasada na agricultura familiar e gira em torno das atividades produtivas, principalmente do setor primário como cultivo de soja, milho, café, horticultura e fruticultura, gado de corte e leiteiro, entre outras atividades e, ainda a piscicultura em crescimento entre os agricultores.

Doretto, Del Grossi e Laurenti (2004) fizeram uma pesquisa no distrito em 2001, onde coletaram dados de 60 famílias para amostragem, com o objetivo de analisar a ocupação e rendas das famílias e assim caracterizar o rural agropecuário. As famílias foram caracterizadas como agrícolas, pluriativas ou não agrícolas. Nos resultados, constataram que cerca de 1/3 das famílias estavam economicamente ativas, combinando atividades agrícolas e não agrícolas, caracterizando a pluriatividade e 13,3% das famílias ocupavam-se de atividades não agrícolas.

As famílias agrícolas e pluriativas exerciam suas atividades, na maioria das vezes, na zona rural e as famílias não agrícolas na zona urbana, tanto de locais distantes como no perímetro urbano do próprio distrito, sendo que 40% dessas famílias ocupavam-se com ORNAs (Ocupações Rurais Não Agrícolas). Sobre os rendimentos, verificaram que as fontes de renda de origem não agrícola representava a terça parte do rendimento total das famílias. Um destaque é feito para as atividades não agrícolas, pois muitas pessoas que se ocupavam dessas atividades se assalariavam em locais distantes do domicílio, revelando que muitos dos domicílios rurais do distrito limitavam-se apenas à função de moradia.

Esses dados revelam que ainda que o distrito seja predominantemente agrícola e de base familiar, outras atividades, como as não agropecuárias, estão aparecendo e fazendo parte da ocupação e renda das pessoas. Esse fato indica a presença do “novo” rural no distrito, reforçado pela existência dos restaurantes rurais. Esses podem ser vistos como atividade pluriativa, quando as famílias ainda exercem a atividade agropecuária combinada com a dinâmica do restaurante ou como atividade não agrícola, quando as atividades agropecuárias não ocupam mais as famílias rurais que buscam um incremento de renda por meio dos restaurantes e outras formas de trabalho fora da propriedade. A seguir serão apresentados os restaurantes do distrito e suas características.

3.4 OS RESTAURANTES DO DISTRITO

Foram localizados cinco restaurantes no distrito do Espírito Santo por meio de pesquisa na *internet* e trabalho de campo: *Restaurante Rural Vó Tatau*, *Rancho San Fernando Restaurante e Eventos*, *Restaurante da Roça*, *Estância Patrial Restaurante Rural* e *Restaurante e Choperia Raízes*. Para analisar cada restaurante, foram feitas entrevistas com os proprietários seguindo um roteiro com perguntas que orientaram a conversa, porém sem limitar o entrevistado em suas falas (Quadro 4). As entrevistas foram realizadas nos dias 16, 21 e 30 de outubro e 08 de novembro com horários previamente agendados em cada restaurante.

As perguntas do roteiro foram elaboradas de forma que se pudesse conhecer cada restaurante, a história de como surgiu e verificar, dentre outras coisas, sua ligação com o distrito e com os visitantes. O objetivo foi confirmar a relação dos restaurantes com o “novo” rural de Londrina e averiguar como a prática do excursionismo rural movimenta os visitantes na busca por locais diferentes do ambiente urbano na visão dos proprietários e constatar os benefícios proporcionados à comunidade local. Cabe ressaltar que o enfoque não esteve em torno da gastronomia e sim do conjunto de ofertas turísticas que cada restaurante tem a oferecer.

Quadro 4: Roteiro com perguntas que orientaram as entrevistas nos restaurantes

Roteiro para entrevistas nos restaurantes rurais
1. Como surgiu a ideia de abrir um restaurante rural? Fale da história, se é uma tradição da família.
2. Há quanto tempo o restaurante funciona no local?
3. O proprietário reside no distrito?
4. Tem alguma propriedade rural no distrito? O restaurante é da propriedade?
5. O proprietário tem outra fonte de renda além do restaurante?
6. Qual o critério para escolha do nome do restaurante?
7. Quantos funcionários possuem? São pessoas da família?
8. Quantas pessoas/visitantes, em média, frequentam o lugar? De onde são essas pessoas? Os residentes do próprio distrito também frequentam?
9. O que elas buscam e mais apreciam no restaurante?
10. O que é servido? Qual o prato típico? De onde veio a ideia de servir tais alimentos?
11. Vocês compram a matéria-prima ou produzem?
12. Qual a época do ano em que o movimento é maior?
13. Em relação a infraestrutura do distrito, como são as estradas de acesso? Segurança do local? Rede de esgoto, energia elétrica etc.
14. Como relaciona a dinâmica dos restaurantes com o turismo/ excursionismo rural?
15. Quais os benefícios que o restaurante proporciona ao distrito e a comunidade local?
16. Acha que há uma integração dos visitantes do restaurante com a comunidade local? De que forma? Há algum interesse desses visitantes em conhecer melhor o distrito?

Org.: Luca, 2012.

Primeiramente será feita uma descrição de cada restaurante, conforme o que foi levantado nas entrevistas para, posteriormente, estabelecer uma

análise comparativa entre os restaurantes, ressaltando as informações mais importantes.

3.4.1 Restaurante Vó Tatau

O restaurante *Vó Tatau*, localizado na Estrada do Rezende, sentido ao distrito de São Luiz, funciona desde abril de 2004, na chácara da família Terciotti (Figura 5). As mulheres precisavam trabalhar para ajudar na renda da família e como tinham um salão de festas na chácara e sempre reuniam familiares e amigos para churrascos, almoços e outras comemorações, resolveram então abrir um restaurante rural. A escolha do nome se deu pelo apelido da proprietária da chácara que desde criança era chamada de “tata” pelos irmãos e quando cresceu, passaram a chamá-la de Tatau. Pensando que em casa de avó o ambiente é agradável, o nome ficou *Vó Tatau*.

Figura 5: Entrada do Restaurante Vó Tatau



Autor: Luca, 2012.

Desde o início, a mão de obra utilizada no restaurante tanto para pintura, confecção de mesas, bancos e toalhas, quanto na preparação dos alimentos e outros serviços, foi da própria família que trabalharam em conjunto. Fizeram também diversos cursos e treinamentos no SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às

Micro e Pequenas Empresas) específicos para esse ramo de atividade. A família ainda reside na propriedade e o restaurante não é a única fonte de renda.

O restaurante foi aberto pela primeira vez em um domingo apenas para a família e amigos, aproximadamente 80 pessoas. A Vó Tatau era a cozinheira, suas filhas as ajudantes de cozinha e os maridos e netos os garçons. Com a divulgação boca a boca, o número de visitantes cresceu e a estrutura física do restaurante teve que aumentar e ser aperfeiçoada.

Atualmente recebem cerca de 700 visitantes aos domingos, sendo a maioria de Londrina e cidades da região. Além do almoço nos domingos, trabalham também com eventos como casamentos, aniversários e confraternizações, organizados pelos próprios familiares que atuam como decoradores e *promoters*. São 60 funcionários assalariados, constituídos, em sua maioria, por pessoas da família, mesmo que com parentesco distante, residentes no distrito.

O almoço custa R\$ 30,00 por pessoa e os pratos servidos em fogão à lenha são da cozinha mineira e italiana. No cardápio tem opções de arroz, feijão, saladas, pernil a pururuca, frango caipira, torresmo, nhoque, lasanha, macarronada e ainda sobremesas com doces de leite, abóbora, mamão e arroz doce, entre outros (ROMAN, 2012).

Além da gastronomia, o restaurante possui parquinho com monitores e passeio de pônei para as crianças, bosque, redário entre as árvores e música sertaneja de raiz ao vivo com a banda do restaurante, composta por irmãos e outros familiares da Vó Tatau (Figuras 6, 7 e 8).

Segundo uma das proprietárias, os visitantes se interessam não só pela gastronomia, mas pelo conjunto do ambiente: tranquilidade, música, comida, pessoas. A mesma afirma que muitos visitantes contam que quando vão até o restaurante no domingo se sentem em uma festa, alguns até encontram amigos ao acaso.

Figura 6: Parquinho para as crianças Vó Tatau



Autor: Luca, 2012.

Figura 7: Bosque



Autor: Luca, 2012.

Figura 8: Fogão mineiro Vó Tatau



Fonte: Arquivo Vó Tatau. Disponível em: <http://www.votatau.com.br/index.php?tatau=showft&ft=foto37112_orig.jpg>. Acesso em: 6 nov. 2012.

Na chácara, produzem apenas verduras que são usadas no restaurante, os legumes e as frutas são comprados no CEASA de Londrina (Centrais de Abastecimento do Paraná S.A) que é um centro para produtores e atacadistas de legumes, frutas e verduras. Carnes, bebidas e outros alimentos são comprados ou fornecidos por empresas de Londrina. O lixo orgânico e reciclável é separado, a prefeitura de Londrina faz a coleta seletiva e o orgânico é doado para sítiantes da região que usam para alimentação dos suínos.

Sobre a relação do restaurante com a comunidade do distrito, o benefício mais visível à população é a dinamização de emprego. A proprietária entrevistada conta que não existe interesse dos visitantes pelo distrito, pois ficam focados apenas naquele ambiente. Sobre a relação do restaurante com a atividade turística, a proprietária acha importante e participou de cursos no SEBRAE sobre a atividade, colocando o empreendimento na Rota do Café, uma rota turística que engloba diversos municípios do norte do Paraná com atrativos naturais e culturais que mostram a história do norte do estado. Atualmente, o restaurante saiu da Rota, pois as proprietárias, por falta de tempo, não participavam das reuniões.

3.4.2 Rancho San Fernando Restaurante e Eventos

O *Rancho San Fernando Restaurante e Eventos* localiza-se na Rua São Paulo, ao lado da igreja católica do Divino Espírito Santo, e funciona desde novembro de 2011. Surgiu da ideia de transformar a chácara de lazer da família em um local para eventos. Para divulgar o local, resolveram implantar o almoço aos domingos. A proprietária possui graduação em *Turismo e Hotelaria* e em seu trabalho de conclusão de curso estudou a questão dos restaurantes rurais e eventos em locais rurais, constatando que as pessoas, cada vez mais, buscam por esse tipo de atividade (Figura 9).

Figura 9: Entrada do Rancho San Fernando



Autor: Luca, 2012.

O nome do restaurante leva o nome da chácara da família que já era conhecida por muitas pessoas do distrito. Apesar da proprietária residir na chácara, o trabalho no restaurante não conta com pessoas da família e não é única fonte de renda que possui. São três funcionários fixos: o caseiro, a faxineira e uma cozinheira que moram no distrito e são contratados funcionários extras para os eventos e os almoços, sendo uma média de 30 funcionários, que também residem na região.

Nos domingos recebem entre 200 e 300 visitantes, sendo que 80% fazem reserva durante a semana, o preço do almoço é de R\$ 28,00 por pessoa. A maioria é de Londrina e região, recebendo pouquíssimas pessoas do próprio distrito. O que mais apreciam no restaurante, além da comida mineira e as massas, são as músicas ao vivo, os doces caseiros e a área para as crianças com parquinho, campo para brincadeiras, andar de bicicleta, para as que queiram levar, e passeios para ver galinhas e carneiros (Figuras 10 e 11).

Figura 10: Parquinho para as crianças Rancho San Fernando



Autor: Luca, 2012.

Na chácara não produzem nada que utilizam no restaurante. Verduras, legumes, frutas, queijo, leite, entre outras coisas, são comprados de produtores do distrito. Bebidas e outros alimentos são fornecidos por empresas de Londrina. Em relação ao lixo gerado, existe a coleta da prefeitura três vezes por semana, contudo a coleta seletiva é irregular, cabendo ao caseiro o destino do lixo reciclável: venda de latinhas e doação de papelão e garrafas PET para pessoas do próprio distrito e etc.

Figura 11: Comida mineira no Rancho San Fernando



Fonte: Arquivo Rancho San Fernando. Disponível em: <<http://www.ranchosanfernando.com.br/fotos.php?g=20>>. Acesso em: 6 nov. 2012.

Segundo a proprietária a relação do restaurante com o distrito se resume na geração de emprego local e na compra de produtos dos produtores locais dinamizando a região. Sobre o restaurante e o excursionismo rural, supõe que o restaurante une o ambiente rural com o conjunto de serviços oferecidos como comida, bom atendimento, fácil acesso e divertimento para as crianças. Em pergunta sobre a integração dos visitantes do restaurante com o distrito e a comunidade local, a proprietária contou que se interessam apenas pela igreja, talvez pelo fato do restaurante se localizar ao lado dela.

3.4.3 Restaurante da Roça

O terceiro restaurante visitado foi o *Restaurante da Roça*, localizado na Estrada da Cegonha (Figura 12). O patriarca da família Simioni dividiu com os filhos uma propriedade e o entrevistado, na parte que lhe coube, resolveu abrir um restaurante rural. Reside na propriedade há 50 anos e há 13 anos o restaurante está em funcionamento, não sendo sua única fonte de renda. Conta que foi o primeiro que abriu na região e escolheu o nome *Roça* pela identificação com o ambiente

rural. Para divulgar o local, primeiramente fizeram panfletagem e depois anúncios em rádios de Londrina e assim, o restaurante ficou conhecido.

Figura 12: Entrada do Restaurante da Roça



Autor: Luca, 2012.

O local tem capacidade para 200 pessoas aproximadamente e é a média que recebem no almoço aos domingos, o preço é de R\$ 19,90 por pessoa. Esses visitantes são, em sua maioria, de Londrina e região. O restaurante também é aberto aos sábados, porém funciona como pizzaria atendendo, principalmente, pessoas do próprio distrito (Figura 13). No domingo, além do almoço com feijoada, macarronada, costela assada e porco no tacho que é o prato principal, entre outros pratos, é possível apreciar a música sertaneja ao vivo e ainda se distrair com o jogo de sinuca e bocha, jogo em que se arremessam bochas (bolas) sobre uma cancha de terra batida. As crianças podem ficar a vontade para levar brinquedos, soltar pipa e jogar bola, entre outras brincadeiras (Figura 14).

As pessoas do distrito também frequentam o restaurante no domingo à tarde, porém como um local de lazer. São elas que participam dos jogos de sinuca e bocha e ainda podem pedir porções e pastéis durante todo o dia, já que não almoçam.

Figura 13: Cardápio do sábado



Autor: Luca, 2012.

Figura 14: Cancha de bocha



Autor: Luca, 2012.

São, aproximadamente, sete funcionários, sendo a maior parte pessoas da própria família que recebem pagamento pelo trabalho. Na propriedade não produzem nada para ser usado no restaurante, tudo é comprado de produtores da região e nos mercados de Londrina.

Sobre a relação do restaurante com o distrito, o proprietário coloca que é uma opção de lazer para a população, já que não existem outras. Relacionando os visitantes com a comunidade local, o proprietário diz que, às vezes, se interessam em conhecer ou saber apenas sobre a Mata dos Godoy, um parque estadual existente no distrito. Diz ainda que é necessário incentivo para a criação de outras alternativas de lazer tanto para a população local como para os visitantes.

3.4.4 Estância Patrial Restaurante Rural

A *Estância Patrial Restaurante Rural* está localizada na Estrada da Cotia, na área rural do distrito do Espírito Santo (Figura 15). A família Patrial residia na propriedade, que sempre teve esse nome e recebiam muitos amigos que buscavam o descanso do campo. A proprietária, ao fazer graduação em *Turismo e Hotelaria*, observou que em Londrina não existia muitas opções de turismo na área rural e resolveu abrir um restaurante rural.

Figura 15: Placas que indicam a localização da Estância Patrial



Autor: Luca, 2012.

O restaurante funciona há pouco mais de 10 anos e na época em que abriram pesquisaram qual comida agradava mais o paladar do londrinense.

Com o resultado da pesquisa e por ter descendência e tradição familiar mineira, optou por esse cardápio. Atualmente a propriedade está à disposição do restaurante que não é a única fonte de renda da família.

Recebem cerca de 350 visitantes aos domingos e o almoço custa R\$ 30,00 por pessoa. Além do almoço rural, fazem eventos: casamentos, aniversários e eventos corporativos, entre outros. A proprietária afirma que cerca de 80% dos visitantes são de Londrina e região, recebendo também estrangeiros. Conta que apenas algumas pessoas do distrito são clientes, a maioria da população não frequenta o local pelo baixo poder aquisitivo. São 32 funcionários, residentes na zona rural do distrito, e ainda uma nutricionista que ensina a forma de preparação e conservação dos alimentos, assim como práticas de higiene.

Nos domingos é possível saborear uma variedade de saladas, lombo a pururuca, costelinha de porco no tacho, frango caipira, escondidinho de mandioca com carne seca, feijão tropeiro, creme de milho, entre outras coisas (BRIGUET, 2008). De sobremesa têm-se os doces de abóbora, laranja, mamão, banana, feitos pelas próprias cozinheiras (Figura 16).

Figura 16: Comida mineira da Estância Patrial



Fonte: Arquivo Estância Patrial. Disponível em: <http://www.estanciapatrial.com.br/exibe_fotos.asp?galeria=3&pag=3>. Acesso em: 6 nov. 2012.

Os visitantes, segundo a proprietária, gostam de ficar no jardim e em volta da piscina, existem redes e sofás espalhados (Figura 17). Para as crianças existe um parquinho, cama elástica, passeio com charrete e brincadeiras elaboradas por monitor. Até a estrada de chão se torna um atrativo, a proprietária conta que muitos estrangeiros que vão até o restaurante, gostam da estrada por não saber o que é uma estrada rural. Apesar disso, a estrada de chão acaba dificultando o acesso ao restaurante nos dias de chuva.

Figura 17: Local para descanso



Fonte: Arquivo Estância Patrial. Disponível em: <http://www.estanciapatrial.com.br/exibe_fotos.asp?galeria=6&pag=9>. Acesso em: 6 nov. 2012.

A propriedade tem seis alqueires de terras, sendo três de área plantada. Existe plantação de milho e feijão, pomar com pés de acerola, laranja, pitanga, limão, banana, entre outras frutas, horta com diversas verduras, pasto para criação de gado leiteiro e ainda criação de porcos e galinhas poedeiras. Tudo o que produzem usam no restaurante, comprando o que falta de produtores da região do distrito. Sobre a questão do lixo, fazem a separação do lixo reciclável e a coleta da prefeitura faz a recolha no local e o lixo orgânico é transformado em alimento para os porcos da propriedade.

Sobre a relação do restaurante com a comunidade do distrito, a proprietária aponta como benefícios a geração de empregos para as pessoas da

zona rural, a valorização de outros empreendimentos localizados na proximidade do restaurante e a dinamização econômica dos produtores rurais, pois compram de produtores locais o que não tem na propriedade.

Relacionando o restaurante com a prática do excursionismo rural a proprietária considera dinamizadora a presença do restaurante, pois atrai não só visitantes da região, como também estrangeiros, além disso, afirma que os visitantes podem ficar em contato com a natureza em um ambiente que dispõe de boa infraestrutura, conforto e qualidade de atendimento.

3.4.5 Restaurante e Chopperia Raízes

O último restaurante visitado foi o *Restaurante e Chopperia Raízes*, localizado na Rodovia Mabio Gonçalves Palhano (Figura 18). Aberto desde maio de 2012 surgiu da vontade dos proprietários em trabalhar no ramo de gastronomia. Como tinham a chácara, de fácil acesso, e por haver vários restaurantes rurais no distrito, optou-se pela característica rural.

Figura 18: Entrada do Restaurante e Chopperia Raízes



Autor: Luca, 2012.

Diferentemente dos outros restaurantes, o *Restaurante e Chopperia Raízes* funciona todos os dias. Durante a semana são preparadas marmiteix para

entregas na hora do almoço. De terça à sexta-feira a noite funciona como *happy hour* com música ao vivo, aos sábados é servido feijoada no almoço e *buffet* de massas no jantar e no domingo então, é servido o almoço colonial que custa R\$ 25,00 por pessoa, com comida mineira e música sertaneja de raiz (Figuras 19 e 20).

Figura 19: Divulgação da feijoada aos sábados



Autor: Luca, 2012.

O proprietário não reside na propriedade e o restaurante é a única fonte de renda que possui. A escolha do nome Raízes se deu pelo fato de remeter às boas lembranças e à raiz rural. Possuem sete funcionários que não são pessoas da família e que residem no distrito.

No almoço de domingo recebem cerca de 250 visitantes provenientes, na maior parte, de Londrina. Durante a semana e aos sábados pessoas do distrito também frequentam o local, ainda que em pequeno número. Segundo o proprietário o que os visitantes mais apreciam no domingo além da comida é o ambiente diferenciado do restaurante que se opõe aos da cidade e a música sertaneja. Para as crianças existe um parquinho e cama elástica (Figura 21).

Figura 20: Almoço colonial



Fonte: Arquivo Restaurante e Chopperia Raízes. Disponível em: <<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=127706017364735&set=a.127705267364810.23019.100003760138203&type=1&theater>>. Acesso em: 6 nov. 2012.

Figura 21: Área de recreação para as crianças



Autor: Luca, 2012.

Na chácara não produzem nada, verduras e legumes são comprados de produtores do distrito e os demais alimentos e bebidas são

comprados em Londrina. Sobre a questão do lixo, fazem a separação de lixo reciclável, mas não existe coleta seletiva, o destino para esses resíduos, principalmente garrafas PET e latas, é o de doações para pessoas do entorno.

Sobre os benefícios do restaurante para a comunidade local, o proprietário aponta a dinamização de emprego, divulgação do distrito pelo grande fluxo de pessoas que frequentam os diversos restaurantes existentes, além de representar uma opção de lazer à população local, que pode usufruir dos serviços do restaurante. Em pergunta sobre a integração dos visitantes com o distrito e a comunidade local, o proprietário relatou que os visitantes sempre perguntam se existem cachoeiras em áreas próximas e se interessam pela Mata dos Godoy.

Relacionando o restaurante com a atividade turística e excursionista, o proprietário mostra interesse em participar de atividades que possam envolver o distrito e o turismo. Conta que sempre se reúne com outros proprietários de restaurantes rurais da região e não existe concorrência e sim parceria entre eles, pois para que várias pessoas sejam atraídas ao distrito é necessário uma diversidade de atrativos. Contou também que já tiveram a ideia, ainda que informalmente, de implantar um portal turístico na entrada do distrito, destacando as variedades gastronômicas.

3.4.6 Análise Geral dos Restaurantes

Diante do exposto de cada restaurante, para efeito de análise sintetizou-se as principais informações no quadro 5. Cabe destacar que na variável “O trabalho é familiar” considerou-se afirmativa as respostas que tiveram como característica a maioria dos funcionários, ainda que essa maioria fosse assalariada. Na variável “É a única fonte de renda” as respostas negativas são as que possuem outros rendimentos provenientes de atividades na cidade e em um caso de atividade ligada ao setor de prestação de serviços realizada na propriedade. Destaca-se também o fácil acesso aos restaurantes por rodovia asfaltada, exceto à *Estância Patrial*, na área rural do distrito que possui estrada de chão.

Quadro 5: Principais informações dos restaurantes rurais do distrito

Variáveis	Restaurantes				
	<i>Vó Tatau</i>	<i>San Fernando</i>	<i>Da Roça</i>	<i>Patrial</i>	<i>Raízes</i>
Preço por pessoa	30,00	28,00	19,90	30,00	25,00
Capacidade (pessoas)	700	300	200	350	250
Residem no local do restaurante	Sim	Sim	Sim	Não	Não
O trabalho é familiar	Sim	Não	Sim	Não	Não
Produzem o que utilizam	Somente verduras	Não	Não	Sim	Não
É a única fonte de renda	Não	Não	Não	Não	Sim
Atrativos	Parquinho; passeio de pônei; bosque; redário e música ao vivo.	Parquinho; área para descanso e música ao vivo.	Música ao vivo; jogo de sinuca e bocha.	Área para descanso; redário; parquinho e passeio de charrete.	Parquinho e música ao vivo.
O que os visitantes mais apreciam	Conjunto do ambiente	Ambiente rural; serviços oferecidos; atendimento e fácil acesso.	Música e a comida.	Contato com a natureza; infraestrutura; conforto e qualidade de atendimento.	Comida; música e ambiente diferenciado
Relação do restaurante com o distrito	Geração de emprego.	Geração de emprego; compra de produtos de produtores locais.	Opção de lazer à população.	Geração de empregos para a zona rural; valorização do entorno e favorece os produtores locais.	Geração de empregos; divulgação do distrito e opção de lazer para a população.
Interesse dos visitantes pelo distrito	Não tem	Somente pela Capela Divino Espírito Santo	Apenas pela Mata dos Godoy	Não tem	Possíveis cachoeiras existentes e a Mata dos Godoy

Fonte: Pesquisa in loco.

Org.: Luca, 2012.

Analisando as informações da tabela, é possível observar semelhanças nos restaurantes como a comida mineira, entendida por todos como de característica rural e a decoração com objetos do passado remetendo à ideia de vida no campo (Figuras 22 e 23).

Figura 22: Parte da decoração do Restaurante Vó Tatau



Autor: Luca, 2012.

Figura 23: Móveis decorativos da Estância Patrial



Fonte: Arquivo Estância Patrial. Disponível em: http://www.estanciapatrial.com.br/exibe_fotos.asp?galeria=6&pag=15. Acesso em: 6 nov. 2012.

É possível observar também que o valor do almoço segue a mesma faixa de preço em todos os restaurantes, exceto no *Restaurante da Roça* que tem menor preço, talvez pela sua infraestrutura: tem capacidade para comportar menor número de pessoas, sendo mais rústico e mais simples comparado aos outros. Apenas na *Estância Patrial* e no *Restaurante Raízes* os proprietários não residem na propriedade, fazendo uma ressalva para a primeira que foi local de moradia da proprietária durante algum tempo.

Relacionando o local de residência com o trabalho familiar, percebe-se que são dois os restaurantes em que os proprietários residem e trabalham na propriedade: o *Vó Tatau* e o *da Roça*, contudo, além das pessoas da casa, possuem outros funcionários da própria família que residem no distrito e são assalariados.

Sobre a variável “O que produzem”, é importante ressaltar que apenas a *Estância Patrial* produz frutas, verduras, legumes, ovos, dentre outras coisas utilizadas no restaurante, revelando a preocupação em manter a característica rural do empreendimento.

Sobre os atrativos, que também podem ser entendidos como ofertas turísticas, apenas o *Restaurante da Roça* não tem área de recreação para crianças com parquinho montado, característica comum entre os outros, sendo que apenas no *Vó Tatau*, *Rancho San Fernando* e *Estância Patrial* existem monitores que orientam as brincadeiras e cuidam das crianças.

Outra característica em comum dentre os atrativos é a música ao vivo durante o almoço, exceto na *Estância Patrial*, que segundo a proprietária, por meio de pesquisa com os visitantes ficou constatado que essa oferta turística não atrai seu público frequentador. É preciso deixar claro que foram os proprietários dos restaurantes que relataram em suas entrevistas que o estilo de música é o sertanejo de raiz, portanto não se buscou informações sobre as bandas ou duplas e as músicas tocadas para verificar a relação com o rural e com o caipira e o sertanejo.

Ainda em relação aos atrativos, apenas o *Vó Tatau*, o *Rancho San Fernando* e a *Estância Patrial* oferecem área para descanso, com redário e locais com bancos ou sofás em meio às árvores. Todavia, apenas o *Restaurante da Roça* possui mesa para jogo de sinuca e cancha de bocha.

Sobre os benefícios dos restaurantes ao distrito, apenas o proprietário do *Restaurante da Roça* apontou o fato do restaurante servir de opção de lazer à comunidade local, já que a população do distrito frequenta o restaurante

no sábado a noite que funciona como pizzaria e no domingo à tarde. Os outros proprietários destacaram a geração de empregos como um dos principais benefícios.

O interesse dos visitantes pelo distrito em geral é bem pequeno. A Mata dos Godoy foi destacada em dois restaurantes como o local que desperta maior curiosidade, talvez por ser mais conhecido e divulgado na mídia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das transformações que o rural sofreu nos últimos tempos, não englobando totalmente todos os atores do processo, é que se pensou em um desenvolvimento que pudesse agregar renda e diversificar as propriedades. Esse desenvolvimento, contudo, além do viés econômico teria que abarcar outras dimensões como a social, cultural, histórica e etc. Foi nesse sentido que a ideia do presente trabalho se baseou, entendendo a atividade turística como atividade não agropecuária pertencente ao “novo” rural capaz de trazer dinamismo às áreas e propriedades rurais. O turismo rural ou o excursionismo rural, dependendo da motivação dos visitantes, que tem no qualitativo rural o foco de sua reprodução por meio da vivência do cotidiano rural e a preocupação com o local, se mostrou como uma maneira de dinamizar áreas rurais em que a modernização agrícola foi mais notória, deixando pequenos produtores à parte desse processo.

Apesar das muitas controvérsias sobre seu conteúdo, o “novo” rural fundamentou aquilo que se pensava sobre as possibilidades de desenvolvimento rural, não por meio de uma urbanização do campo como faz seus idealizadores, mas pela introdução de atividades não tradicionalmente agrícolas nas propriedades, gerando diversificação, complementação de renda e valorização do meio rural.

Esse com suas peculiaridades teve sua função alterada, não sua forma. A forma, aquilo que é visível, continua a mesma, do ambiente tranquilo, bucólico que se opõe ao urbano, contudo sua função, antes vista apenas como da produção agropecuária mudou, dando lugar às novas funções como a urbana, ainda que não haja uma urbanização do campo. O turismo e o lazer são funções urbanas que atuam na diversificação do rural.

Pensando no meio rural do município de Londrina, constatou-se que a intensidade da modernização agrícola e o contexto da colonização por meio da CTNP que resultou na concentração fundiária e desigual distribuição de rendas contribuíram para que prevalecessem os estabelecimentos familiares, menores que 50 hectares, ocupando 10% das terras agrícolas do município. Ainda que a agricultura seja a base da economia rural, ocupando a maior parte das pessoas nos estabelecimentos rurais, conclui-se que, atualmente, os produtores estão buscando novas formas de diversificação e incrementação de renda em suas propriedades por

meio de atividades não tradicionalmente agropecuárias, fato comprovado no segundo capítulo, que mostra, conforme análises do Censo Agropecuário de 2006, que 35% das pessoas se ocupam de novas atividades agropecuárias como a horticultura, floricultura, piscicultura, entre outras. São chamadas de novas, apesar de já existirem antigamente, pelo novo conteúdo que possuem como atividade econômica. Ainda que com pouca expressão, 4% das pessoas se ocupam de atividades não agropecuárias como o turismo rural e atividades de artesanato, tecelagem, entre outras.

Essas evidências indicam a presença do “novo” rural em Londrina, confirmado pelos restaurantes rurais em propriedades do distrito do Espírito Santo. Todos os restaurantes pesquisados se configuram como atividade não agropecuária dentro da propriedade. O restaurante é a principal atividade das propriedades, mas não é a única fonte de renda dos proprietários, que possuem outros rendimentos provenientes de atividades desenvolvidas em Londrina, com exceção do proprietário do *Restaurante e Chopperia Raízes*.

A visitação nesses restaurantes é vista sob a ótica da atividade turística pelo fato dos mesmos oferecerem não somente uma gastronomia diferenciada, mas um ambiente rural para o visitante passar o dia, diferente de outros que tem como objetivo oferecer somente a alimentação. É nesse sentido, que ocorreu o uso da denominação excursionismo rural, indicando estadia inferior a 24 horas no local. O excursionismo nos restaurantes confirma a valorização do meio rural pela população urbana que busca a tranquilidade do campo e proximidade com a natureza para fugir das agitações do dia a dia nas cidades, isso pôde ser demonstrado em todos os restaurantes em que os proprietários destacaram que o ambiente rural, a infraestrutura, o fácil acesso, atendimento, serviços oferecidos e o conforto são o que mais atraem os visitantes.

O excursionismo rural assim como o turismo rural foi entendido pressupondo também um vínculo com o cotidiano rural, com os valores próprios do modo de vida no campo, proporcionando desenvolvimento ao lugar em todos os níveis: econômico, social, cultura e etc.

Diante disso, pode-se perceber nos restaurantes visitados que o *Restaurante Raízes* não expressa esse vínculo com o rural pelo fato dos proprietários não possuírem relação com a vida no campo, não residirem na propriedade onde o restaurante está instalado e porque sua função não é somente a

de restaurante rural, durante a semana têm outros usos. Apesar da decoração e do cenário paisagístico vincular-se a esse meio e no domingo ser servido almoço colonial, ocorre neste estabelecimento o que Rodrigues (2003) chamou de lazer periurbano, ou seja, uma atividade não especificamente rural, ainda que tenha elementos que tentam trazer essa caracterização, mas que ocorre em área geograficamente rural.

Esse mesmo raciocínio pode ser aplicado no *Rancho San Fernando Restaurante e Eventos*. A proprietária que sempre residiu na propriedade, nunca teve relação com o modo de vida rural, pois o uso da chácara já era o de lazer antes do empreendimento. Apesar de ter o almoço aos domingos e uma estrutura que remete a um rural sofisticado, seu foco está nos eventos. O restaurante se caracteriza, também, como lazer periurbano.

O *Restaurante Rural Vó Tatau* e o *Restaurante da Roça* possuem o vínculo com o rural pela relação familiar, ainda que haja assalariamento e porque os restaurantes fazem parte da vivência das famílias que residem nas propriedades onde estão instalados, como se fossem o quintal da casa, mesmo que não tenham nenhuma produção agrícola, exceto o *Vó Tatau* que possui uma horta. A *Estância Patrial Restaurante Rural*, de outro modo, também tem vinculação com o modo de vida rural, apesar da proprietária não residir na propriedade, esta ainda conserva características próprias como estrada de chão, árvores nativas, além da produção de frutas, legumes, entre outras coisas, usadas no restaurante.

Relacionando o excursionismo com o desenvolvimento local, somente o *Restaurante da Roça* assinalou que o benefício que o restaurante proporciona à comunidade é a opção de lazer, precária no distrito. Os outros restaurantes apontaram como principal benefício a geração de empregos, revelando que a visão de desenvolvimento ainda está atrelada aos fatores econômicos. O desenvolvimento local, de fato, busca a valorização dos aspectos do lugar, da história e da cultura, dentre outros fatores, para criação de uma identidade local que impulse a participação da comunidade na atividade excursionista. Quando o lugar então alcança esses objetivos os visitantes além de conhecer, vivenciam a realidade onde visitam. Isso não pode ser visto nos restaurantes do distrito, a comunidade local tem participação nula ou quase nula na atividade, são poucas as pessoas que frequentam, talvez pelo baixo poder aquisitivo. O *Restaurante da Roça* se mostra com uma das opções de lazer da população, já que abre no sábado com a função

de pizzeria e no domingo coloca a disposição alguns serviços de lazer. Destaca-se, também, o pouco interesse dos visitantes em conhecer o distrito ou a comunidade, as curiosidades estão em torno da Capela do Divino Espírito Santo e da Mata dos Godoy, talvez por serem mais divulgados na mídia e entre as pessoas.

Cada restaurante tem suas características próprias, que os diferem, deixando o público a vontade para escolher qual mais lhe agrada. Ressalta-se que as ofertas turísticas oferecidas por eles, estão à disposição da comunidade, mas na maioria dos restaurantes não são pensadas para ela, o público alvo são pessoas da cidade de Londrina e de cidades da região.

Sublinha-se, que apesar desses impasses, os restaurantes rurais do distrito do Espírito Santo cumprem com o papel dinamizador para o rural de Londrina, trazendo diversificação para as propriedades e desenvolvimento ao distrito, ainda que somente econômico. Nesse sentido, sugere-se um olhar cuidadoso do poder público para esse meio cada vez mais valorizado, para um possível desenvolvimento da atividade turística ou mesmo de um roteiro turístico, englobando não só os restaurantes do distrito, mas também de outras áreas e ainda atrativos culturais ou naturais. Por meio de um planejamento que vise o desenvolvimento local e o bem-estar dos visitantes, poderia se obter maior dinamismo.

BIBLIOGRAFIA

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997, p. 33-55. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/645.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

ALMEIDA, M. G. Desenvolvimento turístico ou desenvolvimento local? Algumas reflexões. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: VIII ENTBL, 2004. p. 1 - 11. Disponível em: <http://www.ufg.br/this2/uploads/files/214/Almeida_maria_geralda_desenvolvimento_tur_stico.pdf>. Acesso em: 30 out. 2009.

AMORIM, M. L. F. de. Turismo Rural e o Excursionismo Eco-Rural. In: _____. **Excursionismo Eco-Rural em Água Fria - Distrito de Chapada dos Guimarães/MT**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual de Mato Grosso, Cuiabá. p. 28 - 42.

ANJOS, F. S. dos. Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan./abr. 2003.

ARQUIVO Estância Patrial. Disponível em: <http://www.estanciapatrial.com.br/exibe_fotos.asp?galeria=3&pag=3>. Acesso em: 6 nov. 2012.

_____. Disponível em: <http://www.estanciapatrial.com.br/exibe_fotos.asp?galeria=6&pag=9> . Acesso em: 6 nov. 2012.

_____. Disponível em: <http://www.estanciapatrial.com.br/exibe_fotos.asp?galeria=6&pag=15>. Acesso em: 6 nov. 2012.

ARQUIVO Rancho San Fernando. Disponível em: <<http://www.ranchosanfernando.com.br/fotos.php?g=20>>. Acesso em: 6 nov. 2012.

ARQUIVO Restaurante e Chopperia Raízes. Disponível em: <<http://www.facebook.com/photo.php?fib=127706017364735&set=a.127705267364810.23019.100003760138203&type=1theater>>. Acesso em: 6 nov. 2012.

ARQUIVO Vó Tatau. Disponível em: <http://www.votatau.com.br/index.php?tatau=showft&=foto37112_orig.jpg>. Acesso em: 6 nov. 2012.

BAHL, M. **Legados étnicos & Oferta Turística**. Curitiba: Juruá, 2004.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território**, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

BRIGUET, P. Domingos Saborosos na Casa da Fazenda. **Jornal de Londrina**, Londrina, 3 out. 2008. Disponível em: <<http://www.jornaldelondrina.com.br/divirtase/conteudo.phtml?ema=1&id=813833>>. Acesso em: 26 out. 2012.

CALVENTE, M. del C. M. H. **Turismo e excursionismo rural**: potencialidades, regulação e impactos. Londrina: Humanidades, 2004.

CAMBIAGHI, S. M. O Povoamento do Norte do Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. (Org.). **Geografia e Norte do Paraná**: um resgate histórico. 2 vol. Londrina: Humanidades, 2007. p. 71-86. (Artigo originalmente publicado nos Anais da AGB, 1951-1952).

CAMPOS, M. C.; TSUKAMOTO, R. Y. As principais correntes da agricultura não convencional. In: CARVALHO, M. S. de. (Org.). **Geografia, Meio-Ambiente e Desenvolvimento**. Londrina: a Autora, 2003, p. 17-33.

CANDIOTTO, L. Z. P. Elementos para o Debate Acerca do Conceito de Turismo Rural. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 3-24, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.turismoemanalise.org.br/index.php/turismoemanalise/article/view/69>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

CANDIOTTO, L. Z. P; CORRÊA, W. K. Ruralidades, Urbanidades e a Tecnicização do Rural no Contexto do Debate Cidade-Campo. **Campo-Território**, v. 3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11839>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

CARLOS, A. F. A Questão da Cidade e do Campo: teorias e política. **Mercator**, Ceará, n. 5, p. 7-13, 2004.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1997.

CARVALHO, N. R. L. **A Sustentabilidade no Espaço Rural com a Agricultura Familiar**: estudo de caso da comunidade Usina Três Bocas – Londrina/PR. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

CORIOLOANO, L. N. M. Os Limites do Desenvolvimento e do Turismo. In: _____. **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: Funece, 2003, p. 13-28.

CULTURA Aeronáutica. **Londrina nos tempos da Aviação Velha**. Disponível em: <<http://culturaaeronautica.blogspot.com.br/2012/03/londrina-nos-tempos-da-aviacao-velha.html>>. Acesso em: 29 out. 2012.

CRUZ, R. de C. A. da. Uma breve discussão conceitual. In: _____. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003, p. 3-10.

DEL GROSSI, M. E; SILVA, J. G. da. **O Novo Rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002a.

_____. **O Novo Rural: uma abordagem ilustrada**. 2 vol. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002b.

DORETTO, M.; DEL GROSSI, M. E.; LAURENTI, A. C. Caracterização das famílias residentes na área rural agropecuária: estudo de caso no Distrito Espírito Santo, município de Londrina-PR. In: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004, p.1-11.

FONSECA, M. A. P. das. A Natureza Geográfica do Turismo. In: _____. **Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005, p. 29-45.

FRATUCCI, A. C. **A Dimensão Espacial nas políticas Públicas Brasileiras de Turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. 2008. Tese (Doutorado em Ordenamento Territorial) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

GARCIA, R. M. de P. Produção do Espaço pelo Lazer e Turismo. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 1, n. 5, p. 113-126, maio 2007. Disponível em: <http://www.cptl.ufms.br/revistageo/artigo_ritamaria_6.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=11&i=P>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

_____. **Cidades@. Londrina**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

_____. **Guia do Censo 2010 para Jornalistas**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/Guia_do_censo2010.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2012.

IPARDES. **Estado do Paraná divisão política 2010**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/Divisao_politica_2010.pdf>. Acesso em: 3 set. 2012.

JUODINIS, G. A distinção dos gostos e os gostos de distinção. In: _____. **O Excursionismo e o Gosto pela Natureza**. 2006. Dissertação (Mestrado em

Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 26-56.

LAURENTI, A. C. **A Terceirização na Agricultura: A Dissociação entre a Propriedade e o Uso dos Instrumentos de Trabalho – Moderna Produção Agrícola Paranaense**. 1996. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LIMA, A. R. P. **Organização da Área Rural do Município de Londrina**. Estudo de caso: criação do distrito do Espírito Santo. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1997.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. **Distrito do Espírito Santo**. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1089&Itemid=1069>. Acesso em: 26 out. 2012.

_____. **Perfil do Município de Londrina 2011**. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_planejamento/perfil/perfil_municipio_2011.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2012.

_____. IPPUL. **Cidade de Londrina - Bairros e Regiões 2009**. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/mapas/mapa_bairros_regioes_londrina.pdf>. Acesso em: 3 set. 2012.

_____. IPPUL. **Plano Diretor Participativo de Londrina 2008**. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=586&Itemid=704>. Acesso em: 5 ago. 2012.

LUNARDI, R. Mulher, Turismo e Desenvolvimento Rural. In: _____. **Turismo Rural: a contribuição da mulher**. 2006. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. p. 21-27.

MANAIA, M. S. R. **A Geografia dos Distritos Rurais de Paiquerê e Warta Londrina – Paraná**. 2009. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINE, G. A Trajetória da Modernização Agrícola: A Quem Beneficia? **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 23, p. 7-37, mar. 1991.

MORADORES dizem sim. **Jornal de Londrina**, Londrina, 13 dez. 1993. Caderno Cidades, p. 1.

MRTVI, P. R. **Impactos Ambientais Gerados pela Nova Conformação das Atividades na Microbacia do Ribeirão Jacutinga, Região Norte do Município de Londrina, 1989 a 2002**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, 2005.

MASCARENHAS, R. G. T. **A Diversidade Gastronômica como Atrativo Turístico na Região dos Campos Gerais do Paraná: um estudo de caso no município de Castro.** 2009. Tese (Doutorado em Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

NABARRO, S. **A Reforma Agrária de Mercado nos Municípios de Londrina e Tamarana – PR.** 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, A. N. **As Funções das Festas no Espaço Geográfico Contemporâneo: um estudo de caso de distritos rurais de Londrina/PR.** 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia, Dinâmica Espaço-Ambiental) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

RESTAURANTES rurais da região Sul. **Planeta Sercomtel**, Londrina, 28 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.planetasercomtel.com.br/gastronomia/103183/restaurantes-rurais-da-regiao-sul.html>>. Acesso em: 30 out. 2012.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo Rural: práticas e perspectivas.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ROMAN, M. Delícias do Campo. **Folha de Londrina**, Londrina, 2 mar. 2012. Caderno Cidades, p. 1.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira.** 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Espaço e Método.** 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SELVA, V. S. F.; COUTINHO, S. F. S. Turismo no meio rural e sua contribuição à revitalização econômica e social do litoral e mata de Pernambuco. In: FARIA, I. F. de (coord.). **Turismo: lazer e políticas de desenvolvimento local.** Manaus: Universidade do Amazonas, 2001. p. 137 – 148.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

_____. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro.** Campinas: UNICAMP, 2002.

_____. O Novo Rural Brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E. O Novo Rural Brasileiro: ocupações rurais não-agrícolas. **Oficina de atualização temática**, Londrina, v. 1, p. 165-173, 2002.

SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan./abr. 2002.

SOUZA, M. J. de. Como pode o Turismo Contribuir para o Desenvolvimento Local? In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo: desenvolvimento local**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 17-22.

TEIXEIRA, J. C. **O Turismo e o Mundo do Camponato na Mesorregião Centro-ocidental Paranaense**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. A Relação Rural/Urbano no Desenvolvimento Regional. In: II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2004, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: UNISC, 2004, p. 1-19. Disponível em: <http://www.4shared.com/get/sHE7G439/VEIGA_Jos_Eli_da_Veiga.html>. Acesso em: 23 jul. 2012.

_____. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, set./dez. 2001a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0142001000300010>. Acesso em: 11 jun. 2012.

_____. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: FIPE-IICA (MDA/ CNDRS/ NEAD), 2001b.

WEISSBACH, P. R. M. **Subsídios para a Formulação de Políticas Públicas para o Turismo no Espaço Rural na Rota das Terras - RS**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.